

inter&co

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro 2025

4T2025



Informações Financeiras Consolidadas

Relatório da Administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras consolidadas	4
Balancos Patrimoniais Consolidados	9
Demonstrações dos Resultados Consolidadas	10
Demonstrações dos Resultados Abrangentes Consolidadas	11
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidadas	13
Notas Explicativas às Informações Financeiras Consolidadas	14
Nota 1 Atividade e estrutura da Inter & Co, Inc. e suas controladas	14
Nota 2 Base de preparação	14
Nota 3 Mudanças nas políticas contábeis materiais	16
Nota 4 Práticas contábeis materiais	17
Nota 5 Segmentos operacionais	33
Nota 6 Gerenciamento de riscos financeiros	37
Nota 7 Valor justo de ativos e passivos financeiros	48
Nota 8 Caixa e equivalentes de caixa	51
Nota 9 Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	51
Nota 10 Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	52
Nota 11 Instrumentos financeiros derivativos	54
Nota 12 Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas	58
Nota 13 Imobilizado	63
Nota 14 Intangível	64
Nota 15 Outros ativos	65
Nota 16 Depósitos com clientes	65
Nota 17 Depósitos com instituições financeiras	65
Nota 18 Títulos emitidos	66
Nota 19 Empréstimos e repasses	66
Nota 20 Impostos correntes	66
Nota 21 Provisões e passivos contingentes	65
Nota 22 Outros passivos	69
Nota 23 Patrimônio Líquido	70
Nota 24 Resultado líquido de juros	71
Nota 25 Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	72
Nota 26 Receitas líquidas de serviços e comissões	72
Nota 27 Outras receitas	72
Nota 28 Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	72
Nota 29 Despesas administrativas	73
Nota 30 Despesas de pessoal	73
Nota 31 Despesas tributárias	70
Nota 32 Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	73
Nota 33 Pagamento baseado em ações	75
Nota 34 Transações com partes relacionadas	79
Nota 35 Eventos subsequentes	80

Relatório da Administração

Inter&Co

A Inter&Co, Inc. (Inter&Co, Companhia, e, juntamente com suas controladas consolidadas, Grupo Inter, Grupo ou Inter) é uma *holding* constituída nas Ilhas Cayman com responsabilidade limitada. A Companhia tem as suas ações listadas na Nasdaq, bolsa de valores norte-americana, com o *ticker* INTR, e BDRs listados na B3 com o ticker INBR32. A Inter&Co é a companhia controladora do Grupo Inter e detém indiretamente a totalidade das ações do Banco Inter.

O Inter

O Inter fornece serviços financeiros e de e-commerce, com funcionalidades oferecidas em um super app financeiro que inclui serviços bancários, investimentos, crédito, seguros e *cross-border*, além de um marketplace que reúne os melhores varejistas do Brasil e dos Estados Unidos.

Destaques Operacionais

Clientes

Em 31 de dezembro de 2025, superamos a marca de 43,1 milhões de clientes e aumentamos nossa taxa de ativação em 1,1 ponto percentual quando comparado a 31 de dezembro de 2024, chegando a 58,0%.

Carteira de Crédito

O saldo das operações de crédito chegou a R\$ 48,3 bilhões, variação positiva de 35,6% em relação a 31 de dezembro de 2024.

Captação

A captação total, que inclui depósitos à vista, à prazo, poupança e títulos emitidos, como letras de crédito imobiliário, letras imobiliárias garantidas e letras financeiras, somou R\$ 69,0 bilhões, 31,0% superior ao montante registrado em 31 de dezembro de 2024.

Destaques Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um lucro líquido de controladores em 2025 de R\$ 1,3 bilhões representando um crescimento de 44,7% em relação ao mesmo período de 2024.

Receitas Líquidas

As receitas líquidas em 2025 atingiram R\$ 8,4 bilhões, registrando um aumento de 31,3% em relação ao mesmo período de 2024.

Despesas Administrativas e Pessoal

As despesas administrativas e de pessoal em 2025 somaram R\$ 3,3 bilhões, um acréscimo de 21,6% em relação ao mesmo período de 2024.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os ativos totais somaram R\$ 98,6 bilhões em 31 de dezembro de 2025, crescimento de 29,0% comparado a 31 de dezembro de 2024.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$ 10,4 bilhões, apresentando um crescimento de 14,6% comparado a 31 de dezembro de 2024.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia informa que possui política com requisitos de análises de riscos contratuais, a qual define que o Conselho de Administração deve avaliar a transparência, a objetividade, os aspectos de governança e o comprometimento com a independência da contratação, assegurando, dessa forma, conformidade entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conta com Comitê de Auditoria que, dentre as responsabilidades e competências, além de opinar e recomendar sobre o prestador de serviços de auditoria, ainda avalia a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Inter, bem como das políticas e códigos internos.

Ademais, a Inter&Co, Inc. confirma que a KPMG Auditores Independentes Ltda. dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das demonstrações financeiras consolidadas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras pelos auditores independentes durante o exercício findo 31 de dezembro de 2025 não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados na Inter & Co, Inc. As informações relacionadas aos honorários dos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no formulário de referência.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Administradores da

Inter & Co, Inc

Cayman Islands

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Inter & Co, Inc. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inter & Co, Inc. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda de crédito esperada relativa a empréstimos e adiantamento a clientes

Vejam as Notas 2(c), 4(e), 6(a) e 12 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Inter & Co, Inc registrou em 31 de dezembro de 2025 provisão para perda de crédito esperada, relativa à empréstimos e adiantamentos a clientes.</p> <p>A perda de crédito é mensurada ao valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse honrado e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Para essa mensuração, a Companhia classifica as operações em três estágios, sendo que no estágio 1 a probabilidade de perda considera a perda para os próximos 12 meses e nos estágios 2 e 3 a probabilidade de perda considera a perda para o prazo remanescente da operação.</p> <p>Para avaliar se houve mudança no risco de crédito, que determina a classificação dos estágios, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente, desde o reconhecimento inicial, considerando o cliente e o tipo de produto. A mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas é apurada com base em modelos internos de pontuação e utiliza a metodologia de probabilidade de inadimplência (PD), exposição na inadimplência (EAD) e perda por inadimplência (LGD), condições macroeconômicas e o impacto de mudanças nos cenários macroeconômicos futuros, incluindo os indicadores de mercado.</p> <p>Consideramos a mensuração da provisão para perdas de crédito como um principal assunto de auditoria, por que envolve incertezas de mensurações significativas, como resultado da complexidade na aplicação dos modelos e da subjetividade na seleção das premissas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados aos modelos, às classificações entre os estágios, às premissas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas; - Avaliação, com o auxílio de nossos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito: <ul style="list-style-type: none"> (i) da razoabilidade da metodologia geral de mensuração das perdas de crédito esperadas, incluindo os critérios utilizados para a classificação de tais operações em estágios; (ii) das técnicas de modelagem utilizadas, inspecionando a documentação da Administração para determinar se as técnicas utilizadas são adequadas para o uso pretendido; (iii) do recálculo das estimativas de PD, EAD e LGD utilizando os dados históricos da Companhia para operações de crédito; (iv) da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores; (v) recálculo matemático das perdas de crédito esperadas. (vi) do teste de precisão da alocação dos estágios de acordo com os critérios da Companhia por meio de reexecução da alocação, por amostragem. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perda de crédito esperada relativa a empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Avaliação do valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que incluem os ágios registrados no ativo intangível

Veja as Notas 4(h), (i) e 14 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui ativos intangíveis, que inclui ágio relacionado à aquisição da Inter & Co Payments Inc, para o qual a Companhia realiza teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil exceda seu valor recuperável.</p> <p>O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) é calculado com base no seu valor em uso, baseado em projeções dos fluxos de receitas e despesas, bem como fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.</p> <p>O cálculo do valor em uso da UGC requer o uso de dados e premissas significativos utilizados nos modelos de avaliação, incluindo taxa de desconto e taxa de crescimento futuro. As premissas de crescimento futuro incluem a taxa de crescimento projetada e a expectativa de inflação de longo prazo.</p> <p>Consideramos a avaliação do valor recuperável da UGC, incluindo ágio como um principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas a seleção de dados e premissas utilizadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados a elaboração, revisão e aprovação das principais premissas utilizadas na análise do valor recuperável e da metodologia de cálculo para realização do teste de redução ao valor recuperável. - Avaliação, com o envolvimento dos nossos especialistas de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor: <ul style="list-style-type: none"> (i) da metodologia utilizada para estimar o valor em uso, comparando-a com as práticas de avaliação geralmente aceitas no mercado; (ii) da razoabilidade das taxas de desconto utilizadas para o cálculo do valor presente e da taxa de crescimento utilizada para projeção dos fluxos de receita e despesas estimadas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (iii) das variações entre as projeções e os fluxos de caixa realizado, e obtenção de explicações da Companhia sobre as oscilações ocorridas; e (iv) da precisão matemática de certas etapas dos cálculos do valor presente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do valor recuperável da UGC que inclui ágio relacionado à aquisição da Inter & Co Payments Inc, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

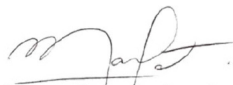
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.801.513	1.108.394
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	4.600.218	6.194.960
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		7.867.658	5.285.402
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	10	29.010.323	23.899.551
Instrumentos financeiros derivativos	11	58.915	563
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas	12	45.251.104	33.327.355
Ativos não circulantes mantidos para venda		366.398	234.611
Investimentos		10.401	10.401
Imobilizado	13	381.404	369.942
Intangível	14	2.023.939	1.836.053
Ativo fiscal diferido	32.c	1.789.304	1.676.341
Outros ativos	15	3.450.341	2.486.145
Total de ativos		98.611.518	76.429.717
Passivos			
Depósitos com clientes	16	54.883.084	42.803.229
Depósitos com instituições financeiras	17	14.585.704	11.319.577
Títulos emitidos	18	14.127.144	9.890.219
Instrumentos financeiros derivativos	11	54.114	70.048
Empréstimos e repasses	19	817.495	128.924
Impostos correntes	20	815.527	574.429
Imposto de renda e contribuição social		675.438	462.501
Outras obrigações fiscais		140.089	111.928
Provisões	21	265.455	155.262
Passivo fiscal diferido	32.c	40.923	32.790
Outros passivos	22	2.629.110	2.382.932
Total dos passivos		88.218.556	67.357.410
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	13	13
Reservas	23.b	10.971.176	9.793.992
Outros resultados abrangentes	23.c	(801.600)	(898.830)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		10.169.589	8.895.175
Participações de acionistas não controladores	23.f	223.373	177.132
Total do patrimônio líquido		10.392.962	9.072.307
Total do passivo e patrimônio líquido		98.611.518	76.429.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de juros	24	8.638.477	5.139.213
Despesas de juros	24	(5.977.127)	(3.311.638)
Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	25	3.612.469	2.629.170
Resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio		6.273.819	4.456.744
Receitas líquidas de serviços e comissões	26	2.008.095	1.753.280
Despesas de serviços e comissões		(182.202)	(143.430)
Outras receitas	27	301.226	333.571
Total de receitas líquidas		8.400.938	6.400.165
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	28	(2.416.353)	(1.799.452)
Receitas líquidas de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		5.984.585	4.600.713
Despesas administrativas	29	(2.200.604)	(1.769.055)
Despesas de pessoal	30	(1.090.333)	(937.761)
Despesas tributárias	31	(728.734)	(477.037)
Depreciação e amortização		(340.727)	(208.829)
Resultado de participações em coligadas		—	(2.480)
Lucro antes da tributação sobre o lucro		1.624.187	1.205.550
Imposto de renda e contribuição social	32	(226.866)	(232.709)
Lucro líquido de controladores e não controladores		1.397.321	972.841
Participação de não controladores		(84.931)	(65.709)
Lucro líquido de controladores		1.312.390	907.132
Lucro por ação (em reais – R\$)			
Lucro por ação básico	23.e	2,98	2,08
Lucro por ação diluído	23.e	2,96	2,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido de controladores	1.312.390	907.132
Participação de não controladores	84.931	65.709
Lucro líquido de controladores e não controladores	1.397.321	972.841
Outros resultados abrangentes		
Valor justo de ativos financeiros	316.390	(697.974)
Efeito fiscal	(144.855)	315.095
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	171.535	(382.879)
Hedge de investimento no exterior	137.166	(145.241)
Efeito fiscal	(48.254)	53.227
Hedge de investimentos líquidos em operação no exterior	88.911	(92.014)
Variações cambiais de investimento no exterior	(163.216)	251.551
Total de outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para o resultado posteriormente	97.230	(223.342)
Total de resultados abrangentes	1.494.551	749.499
Atribuição do resultado abrangente		
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	1.409.620	683.790
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores	84.931	65.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido de controladores	1.312.390	907.132
Participação de não controladores	84.931	65.709
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	340.727	208.829
Resultado de participações em coligadas	—	2.480
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	2.416.353	1.799.452
Despesas com provisões de contingências	56.039	49.120
Provisões/(Reversões) para perda de ativos	—	(52.971)
Ganhos/(Perdas) de capital	23.547	(55.538)
Imposto de renda e contribuição social	(77.985)	232.709
Receitas de performance	(41.574)	(73.650)
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	(136.271)	(134.448)
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.582.257)	(2.620.987)
Empréstimos e adiantamento a clientes	(14.215.701)	(7.204.248)
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	1.575.639	(1.702.514)
Títulos e valores mobiliários	(429.431)	(296.267)
Instrumentos financeiros derivativos	(58.351)	3.675
Ativos não circulantes mantidos para venda	(151.875)	(60.257)
Outros ativos	(899.681)	(465.552)
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais		
Depósitos com clientes	12.079.855	10.151.609
Depósitos com instituições financeiras	3.266.127	965.973
Títulos emitidos	4.236.925	1.795.177
Instrumentos financeiros derivativos	121.232	(90.256)
Empréstimos e repasses	688.571	(282.131)
Obrigações fiscais	523.875	207.456
Provisões	(62.168)	26.458
Outros passivos	168.324	824.071
Impostos pagos sobre o lucro	(509.643)	(441.972)
Caixa líquido gerado/ (utilizado) em atividades operacionais	7.729.598	3.759.059
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / Alienação de investimentos, líquido de caixa adquirido	—	(81.675)
(Aquisição) / Alienação de ativo imobilizado	(109.569)	(81.974)
(Aquisição) / Alienação de intangível	(460.494)	(427.683)
(Aquisição) / Resgate de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(9.807.669)	(17.710.057)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.697.661	11.029.542
(Aquisição) / Resgate de ativos financeiros ao custo amortizado	(249.499)	(554.540)
Alienação de ativos financeiros ao custo amortizado	26.213	98.852
Caixa líquido gerado/ (utilizado) em atividades de investimento	(4.903.357)	(7.727.535)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	—	823.036
Custo associados a emissão de títulos patrimoniais	—	(38.768)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(243.696)	(82.080)
Recompra de ações em tesouraria	(27.110)	(18.954)
Recursos de participação de não controladores	1.413	(191)
Caixa líquido gerado/ (utilizado) em atividades de financiamento	(269.393)	683.043
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.556.848	(3.285.433)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.108.394	4.259.379
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	136.271	134.447
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro	3.801.513	1.108.394

(a) Refere-se, ao lucro líquido de controladores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	8.147.285	(675.488)	—	—	7.471.810	124.881	7.596.691
Lucro líquido do exercício	—	—	—	907.132	—	907.132	65.709	972.841
Destinações propostas:								
Constituição/reversão de reservas	—	907.132	—	(907.132)	—	—	—	—
Aumento de capital	—	823.036	—	—	—	823.036	—	823.036
Custo associados a emissão de títulos patrimoniais	—	(38.768)	—	—	—	(38.768)	—	(38.768)
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	(68.813)	—	—	—	(68.813)	(13.267)	(82.080)
Diferenças cambiais na conversão de operações estrangeiras	—	—	251.551	—	—	251.551	—	251.551
Ganhos e perdas - Hedge	—	—	(92.014)	—	—	(92.014)	—	(92.014)
Variação líquida no valor justo - ativos financeiros ao VJORA	—	—	(382.879)	—	—	(382.879)	—	(382.879)
Transações com pagamento baseado em ações	—	(18.954)	—	—	18.954	—	—	—
Reservas reflexas	—	43.074	—	—	—	43.074	—	43.074
Recompra de ações em tesouraria	—	—	—	—	(18.954)	(18.954)	—	(18.954)
Outros	—	—	—	—	—	—	(191)	(191)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13	9.793.992	(898.830)	—	—	8.895.175	177.132	9.072.307
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13	9.793.992	(898.830)	—	—	8.895.175	177.132	9.072.307
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.312.390	—	1.312.390	84.931	1.397.321
Destinações propostas:								
Constituição/reversão de reservas	—	1.312.390	—	(1.312.390)	—	—	—	—
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	(203.593)	—	—	—	(203.593)	(40.103)	(243.696)
Diferenças cambiais na conversão de operações estrangeiras	—	—	(163.216)	—	—	(163.216)	—	(163.216)
Ganhos e perdas - Hedge	—	—	88.911	—	—	88.911	—	88.911
Variação líquida no valor justo - ativos financeiros ao VJORA	—	—	171.535	—	—	171.535	—	171.535
Transações com pagamento baseado em ações	—	11.679	—	—	27.110	38.789	—	38.789
Reservas reflexas	—	56.708	—	—	—	56.708	—	56.708
Recompra de ações em tesouraria	—	—	—	—	(27.110)	(27.110)	—	(27.110)
Outros	—	—	—	—	—	—	1.413	1.413
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13	10.971.176	(801.600)	—	—	10.169.589	223.373	10.392.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Atividade e estrutura da Inter & Co, Inc. e suas controladas

A Inter&Co, Inc. ("Inter&Co", "Grupo Inter", ou "Companhia") é a holding controladora do Grupo Inter, constituída nas Ilhas Cayman, sociedade de responsabilidade limitada isenta e registrada como emissor estrangeiro na U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") e na Comissão de Valores Mobiliários brasileira (CVM).

As ações ordinárias Classe A da Inter&Co são negociadas na Nasdaq sob o código "INTR" e os certificados de depósito lastreados nessas ações (BDRs Nível II) são negociados publicamente na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código "INBR32".

Em 31 de dezembro de 2025, suas principais subsidiárias operacionais eram:

- **Inter Holding Financeira S.A.:** subsidiária direta domiciliada no Brasil, tendo como principal atividade ser a detentora de 100% do capital social do Banco Inter S.A. (Banco Inter).
- **Inter Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços Ltda.:** subsidiária direta domiciliada no Brasil que tem por objeto operar a plataforma de marketplace do Grupo, conectando clientes a uma ampla gama de produtos e serviços não financeiros de terceiros. Seus principais produtos incluem marketplace de e-commerce, oferta de *gift cards*, serviços de telefonia via *Mobile Virtual Network Operator* (Operador Móvel Virtual – MVNO) Inter Cel, venda de passagens aéreas, entre outros.
- **Inter US Holding Inc.:** subsidiária direta domiciliada nos Estados Unidos. A Inter US Holding tem por objeto coordenar as operações norte-americanas do Grupo.

A Inter&Co e todas as suas subsidiárias são apresentadas conjuntamente como "Grupo" ou "Inter", refletindo as operações integradas do conglomerado financeiro.

Operando como uma plataforma digital para pessoas físicas e jurídicas, o Inter oferece uma ampla gama de serviços e soluções financeiras integradas em um Super App, como: cartões de crédito, conta corrente, investimentos, seguros, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito empresarial, e marketplace de serviços não financeiros, entre outros. As operações são conduzidas de forma integrada através do Super App, proporcionando aos clientes uma experiência digital unificada para gestão de suas finanças e atividades cotidianas.

2. Base de preparação**a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

As informações contidas nestas demonstrações financeiras consolidadas e em suas notas explicativas representam todas as informações relevantes inerentes à sua elaboração e estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na gestão dos negócios do Grupo.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2026.

b. Moeda funcional e apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$). A moeda funcional das empresas do Grupo está demonstrada na nota explicativa 4a, refletindo a moeda na qual os preços de bens e serviços são definidos e geralmente liquidados. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas continuamente e os impactos de mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos significativos efetuados pela gestão durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as fontes de incerteza nas estimativas são descritos abaixo:

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Base para consolidação (consulte nota 4a): se a Inter&Co tem controle de fato sobre uma investida;
- Classificação dos ativos financeiros (consulte notas 6 e 7): se tais ativos atendem aos critérios de pagamento apenas de principal e juros (teste de SPPJ) e sua respectiva classificação (custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ou valor justo por meio do resultado); e
- Equivalência patrimonial: se a Inter&Co tem influência significativa sobre uma investida.

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos de exercícios futuros, podendo os resultados reais serem diferentes daqueles apurados com base em tais estimativas. Os principais itens suscetíveis a impactos de estimativas estão divulgados abaixo e estão relacionados com as seguintes notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte as notas 6 e 7): avaliação do modelo de negócios em que os ativos são mantidos e avaliação caso os termos contratuais do ativo financeiro referem-se apenas aos pagamentos de principal e juros (teste de SPPJ);
- Combinação de negócios (ver nota 4b): determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios;
- Teste de recuperabilidade de ativos intangíveis e ágio (consulte nota 14): para fins de teste de recuperabilidade, a cada entidade investida foi considerado uma unidade geradora de caixa ("UGC");
- Ativo fiscal diferido (consulte nota 32): a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos;

- Provisão para perdas esperadas de crédito (consulte as notas 12d e 21): a mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado requer o uso de modelos quantitativos complexos e premissas sobre condições macroeconômicas futuras e o comportamento de crédito. Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis visando mensurar a perda de crédito esperada, tais como: determinar os critérios para avaliar o aumento significativo do risco de crédito; selecionar modelos quantitativos e premissas apropriadas para mensurar a perda de crédito esperada; e estabelecer diferentes cenários prospectivos e sua ponderação, entre outros; e
- Provisões (consulte nota 21): reconhecimento e mensuração de provisões, incluindo a provisão para processos judiciais. As principais premissas consideradas referem-se à probabilidade e à magnitude das saídas de recursos.

3. Mudanças nas políticas contábeis materiais

Pronunciamentos contábeis novos ou revisados adotados em 2025

As seguintes normas, novas ou revisadas, foram emitidas pelo IASB e adotadas pelo Grupo para os exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Alteração na IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras:** as mudanças exigem a aplicação de uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e a alteração esclarece como as entidades devem determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas, quando uma moeda for difícil, ou não puder, ser trocada. As alterações visam melhorar a informação que uma entidade presta em suas demonstrações financeiras. A referida alteração é exigida para as demonstrações financeiras anuais de exercício iniciados a partir de 1 de janeiro de 2025. A administração não identificou impactos, pois não há em suas operações moedas de difícil ou impossibilidade de permutabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Outras novas normas e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor

- **Alterações no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações:** emitida em maio de 2024, as alterações e esclarecimentos são em relação a baixa de passivos financeiros por meio de sistemas eletrônicos, avaliação das características contratuais do fluxo de caixa na classificação (SPPI Test), como por exemplo: ativos financeiros vinculados a ESG (Environmental, Social and Governance) e entre outros instrumentos financeiros. Além disso, foram incluídas divulgações adicionais relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026. A administração está avaliando os efeitos da adoção desta alteração nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras:** emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 e traz exigências adicionais para as demonstrações financeiras com objetivo de aprimorar as informações aos acionistas. Ela define três categorias para receitas e despesas: operacional, investimentos e financiamentos, além de incluir novos subtotais. A norma também orienta sobre a divulgação de indicadores de desempenho definidos pela administração e traz requisitos específicos para empresas do setor bancário e de seguros. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, e a Administração está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações:** emitida em maio de 2024, a norma define que uma subsidiária sem responsabilidade pública pode fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade em IFRS nas suas demonstrações financeiras. A norma é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. O IFRS 19 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, e a administração está avaliando os efeitos da adoção desta norma.
- **Outras Alterações** – O IASB promoveu outras alterações em normas vigentes, conforme sumarizado abaixo:
 - **Alterações no IFRS 7 – Ganhos e perdas no desreconhecimento:** as alterações têm como objetivo: divulgação de diferença diferida sobre valor justo e preço de transação, alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.
 - **Alterações no IAS 7** – O objetivo principal é aumentar a transparência na divulgação de acordos de financiamento com fornecedores, exigindo informações adicionais sobre estes acordos, como os termos e condições, o valor dos passivos envolvidos e os riscos de liquidez, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.
 - **Alterações no IFRS 10** – Visa a definição de controle e a orientação de transição após a aplicação do novo conceito, além de esclarecimentos sobre a venda ou contribuição de ativos entre entidades relacionadas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.
 - **Alterações no IFRS 9** – Inclui esclarecimentos sobre o desreconhecimento de passivos de leasing e seus desdobramentos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Administração está avaliando os possíveis impactos das alterações destas normas em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Práticas contábeis materiais

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a. Base de consolidação

As empresas que estão sob o controle da Inter&Co são classificadas como controladas. A Companhia é considerada controladora de uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de usar este poder para afetar o valor de tais retornos.

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas utilizando-se políticas e práticas contábeis uniformes. Nesse sentido, ajustes são realizados nas demonstrações contábeis individuais de algumas controladas para garantir a uniformidade e conformidade de critérios na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo.

As controladas são consolidadas integralmente a partir do momento em que a Companhia adquire o controle de suas atividades até a data em que o controle deixa de existir. As únicas restrições significativas à capacidade do Grupo de acessar ou utilizar os ativos e liquidar os passivos, são as restrições regulatórias, vinculadas às reservas compulsórias mantidas em cumprimento à exigência do Banco Central do Brasil, que limitam a capacidade das controladas da Inter&Co de transferir caixa para outras entidades do grupo econômico. Não existem outras restrições legais ou contratuais e nem garantias ou outros requisitos que possam restringir o pagamento de dividendos e outras distribuições de capital ou que empréstimos e adiantamentos sejam feitos ou pagos a (ou por) outras entidades do grupo econômico.

A tabela a seguir mostra as participações societárias detidas nas controladas em cada exercício:

Controladas	Ramo de atividade	Ações e/ou cotas	Moeda funcional	País	Participação no capital (%)	
					31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas						
Inter&Co Participações Ltda.	Holding	13.196.995	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
INTRGLOBALEU Serviços Administrativos, LDA	Holding	1	EUR	Portugal	100,00 %	100,00 %
Inter US Holding, Inc,	Holding	100	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter Holding Financeira S.A.	Holding	401.207.704	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços Ltda.	Marketplace	16.984.271.386	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Landbank Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada	Fundo de Investimento	578.818.030	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter&Co Solutions	Prestação de serviços	16.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Digital Assets – Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais Ltda. (a)	Corretora de Ativos Virtuais	6.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	—
Controladas indiretas						
Banco Inter S.A.	Banco Múltiplo	2.593.598.009	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	335.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros S.A.	Corretora de seguros	60.000	BRL	Brasil	60,00 %	60,00 %
Inter Títulos Imobiliários Fundo de Investimento Imobiliário	Fundo de Investimento	—	BRL	Brasil	—	97,19 %
BMA Inter Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Multissetorial	Fundo de Investimento	—	BRL	Brasil	—	65,17 %
TBI Fundo De Investimento Renda Fixa Credito Privado	Fundo de Investimento	230.278.086	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Spark Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (b)	Fundo de Investimento	15.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
IG Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	Fundo de Investimento	21.506.555	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Simples Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial	Fundo de Investimento	59.027	BRL	Brasil	97,86 %	91,29 %
IM Designs Desenvolvimento de Software S.A (c)	Prestação de serviços	—	BRL	Brasil	—	50,00 %
Acerto Cobrança e Informações Cadastrais S.A.	Prestação de serviços	60.000.000.000	BRL	Brasil	60,00 %	60,00 %
Inter & Co Payments, Inc	Prestação de serviços	1.000	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda (d)	Gestora de recursos	750.814	BRL	Brasil	70,87 %	70,87 %
Inter Café Ltda.	Prestação de serviços	20.010.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Boutiques Ltda.	Prestação de serviços	9.010.008	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Food Ltda.	Prestação de serviços	7.000.000	BRL	Brasil	70,00 %	70,00 %
Inter Viagens e Entretenimento Ltda.	Prestação de serviços	94.515	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Conectividade Ltda.	Prestação de serviços	33.533.805	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter US Management, LLC	Prestação de serviços	100.000	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter US Finance, LLC	Prestação de serviços	100.000	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter Securities LLC	Prestação de serviços	—	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter&Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda.	Prestação de serviços	9.896.122.671	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Pag Instituição de Pagamento S.A	Prestação de serviços	1.654.582.386	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Us Advisors, LLC	Gestora de recursos	—	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter Hedge Fundo de Investimento Imobiliário (e)	Fundo de Investimento	19.973.705	BRL	Brasil	100,00 %	—
Inter Oportunidade Imobiliária Fundo de Investimento (f)	Fundo de Investimento	1.785.939	BRL	Brasil	63,78 %	—

(a) Em 20 de março de 2025, a Inter Digital Asset foi constituída com objeto social voltado à intermediação de ativos virtuais, abrangendo atividades de distribuição, subscrição, compra, venda e troca de ativos virtuais, administração de carteiras, operações de câmbio e serviços de custódia, incluindo guarda e controle de ativos virtuais e instrumentos correlatos;

(b) Em 28 de julho de 2025, houve a alteração da denominação social do fundo TBI Fundo De Investimento Crédito Privado Investimento Exterior, para: Spark Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;

(c) Em 03 de julho de 2025, ocorreu a venda de 50% do capital social da IM Designs Desenvolvimento de Software S.A, para os detentores dos outros 50% de ações. Com essa transação, os compradores passaram a deter 100% do capital social da empresa;

(d) Em 09 de janeiro de 2026, o Banco Inter celebrou uma participação adicional da Inter Asset Gestão de Recursos, passando a ter 99,01%, vide nota explicativa 35 - Eventos subsequentes;

(e) Em 17 de fevereiro de 2025, o Banco Inter adquiriu uma participação no fundo Inter Hedge. Com essa aquisição, os resultados financeiros do fundo passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Inter&Co; e

(f) Em 19 de agosto de 2025, o Banco Inter adquiriu uma participação no fundo Inter Oportunidade. Com essa aquisição, os resultados financeiros do fundo passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Inter&Co (nota explicativa nº 15).

Participações de acionistas minoritários

A Inter&Co pode exercer o controle de algumas investidas sem necessariamente deter 100% de seu capital. Nestes casos, a Companhia reconhece a parcela relativa à participação de não controladores no patrimônio líquido do balanço patrimonial consolidado, bem como destaca, na demonstração do resultado, os resultados advindos de suas controladas que são relativos à participação dos não controladores. Nas operações em que a Companhia compra participação adicional dos acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas em alienações para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, desde que esta venda não represente uma perda de controle.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Os saldos patrimoniais e transações intragrupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas decorrentes de transações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda ao valor recuperável.

b. Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Inter avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar resultados futuros.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado.

c. Moeda estrangeira e conversão das demonstrações financeiras

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades controladas pela Inter&Co pelas taxas de câmbio à vista nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras nas datas de relatório são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio à vista naquela data. Os ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data em que o valor justo é determinado. Itens não monetários avaliados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio vigente na data da transação e não sofrem atualização cambial. Diferenças em moeda estrangeira decorrentes da conversão são reconhecidas no resultado.

Conversão das demonstrações financeiras de controladas

Os ativos e passivos de controladas cuja moeda funcional difere da moeda funcional da Inter&Co, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas a cada data do balanço. As receitas e despesas destas controladas são convertidas para o Real utilizando-se as taxas médias de câmbio de cada período de apuração.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Inter&Co baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores.

d. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil e no exterior) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimento original não superior a 3 meses que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. Estes instrumentos são utilizados pelo Grupo para gerir os seus compromissos de curto prazo.

e. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados a valor justo e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

i. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de ativos financeiros

Os Instrumentos Financeiros são classificados como ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo amortizado (CA);
- Valor justo por meio de outro resultado abrangente (VJORA); e
- Valor justo por meio do resultado (VJR).

A classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócio em que são gerenciados;
- As características dos seus fluxos de caixa (Teste de Pagamento Exclusivo de Principal e Juros - Teste de SPPJ).

Modelo de negócios: representa a forma como os ativos financeiros são administrados para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual.

Os ativos financeiros podem ser administrados com a finalidade de:

- i) coleta de fluxos de caixa contratuais;
- ii) coleta de fluxos de caixa contratuais e venda de ativos; ou
- iii) outros.

Para avaliar os modelos de negócio, o Grupo considera os riscos que afetam o desempenho dos negócios, assim como a sua forma de avaliação e reporte à administração.

Quando o ativo financeiro for mantido nos modelos de negócios “i” e “ii” acima, será necessário aplicar o Teste de SPPJ.

Teste de SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro, visando verificar se eles se referem apenas a pagamentos de principal e juros incluindo a consideração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e outros riscos básicos de empréstimos.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, como exposição a mudanças nos preços de instrumentos patrimoniais, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Os contratos híbridos devem ser avaliados como uma única unidade, incluindo todos os recursos incorporados.

Classificação

Com base nesses fatores, o Inter aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

Custo Amortizado

- Ativos administrados para obter fluxos de caixa, consistindo apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ);
- Inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido de custos de transação;
- Posteriormente, é mensurado ao custo amortizado, utilizando a taxa de juro efetiva; e
- Os juros, incluindo a amortização de ágios e descontos, são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica de Receita de juros, calculados pelo método dos juros efetivos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outro resultado abrangente

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas por pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ) quanto para venda;
- Reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação e posteriormente mensurado ao valor justo;
- A receita de juros é reconhecida na Demonstração do Resultado utilizando a taxa de juros efetiva na rubrica Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos;
- Perdas de créditos esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado; e
- Ganhos e perdas não realizados (exceto perdas de crédito esperadas, diferenças de taxa de câmbio, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, como outros resultados abrangentes na rubrica de Ativos financeiros ao VJORA - Variação líquida no valor justo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

- Ativos que não cumprem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados, no reconhecimento inicial, como valor justo por meio do resultado, com objetivo de reduzir os “descasamentos contábeis”;
- Inicialmente reconhecidos e subsequentemente mensurados pelo valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e

- Ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado de instrumentos financeiros derivativos ou Resultado com títulos e valores mobiliários.

Reconhecimento e baixa

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de fluxos de caixa expiram ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, o Grupo avalia se manteve o controle. Se o Grupo não tiver retido o controle, desreconhece o ativo. Se o Grupo o tiver rejeitado, continua a reconhecer o ativo até ao fim do seu envolvimento contínuo.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores reconhecidos e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, como Ações e Cotas.

O Grupo mensura todos os seus instrumentos patrimoniais mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado.

Taxa de juros efetiva

A taxa efetiva de juros é determinada no momento do reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros. Trata-se da taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

Para o cálculo da taxa efetiva de juros, o Grupo estima os fluxos de caixa levando em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas futuras de crédito. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita das operações de instrumentos financeiros é refletida com base no cálculo da taxa de juros efetiva, incidindo sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Detalhes sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, bem como sobre a hierarquia do valor justo, são apresentados na nota explicativa nº 7.

Perda de crédito esperada

O Grupo avalia, prospectivamente, a perda de crédito esperada associada a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é efetuado a cada data de balanço e uma despesa é reconhecida no resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Grupo reconhece a despesa de provisão para perdas de crédito na demonstração do resultado e ajusta os ganhos ou perdas de valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Medição da perda de crédito esperada

Para mensurar a perda de crédito esperada, são utilizados os seguintes critérios:

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa efetiva cobrada;
- **Compromissos de empréstimo:** a perda é mensurada ao valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse honrado e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber; e
- **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados à contraparte e os montantes que o Grupo espera recuperar.

A cada exercício de apresentação, o Grupo avalia a perda esperada da sua carteira de crédito. A perda esperada é calculada utilizando as seguintes entradas: probabilidade de inadimplência (PD), perda em caso de inadimplência (LGD) e exposição à inadimplência (EAD):

- **Probabilidade de inadimplência (PD):** O parâmetro PD indica a probabilidade de um cliente entrar em incumprimento num determinado período de tempo calculado por modelos internos de avaliação. A PD é calculada levando em consideração o risco equivalente a um horizonte de 12 meses, o risco associado ao prazo total remanescente da operação, ou uma probabilidade de inadimplência de 100%;
- **Perda em caso de inadimplência (LGD):** A LGD expressa o percentual de perda em caso de inadimplência, considerando os esforços de recuperação. O cálculo é efetuado tendo em conta as características do ativo financeiro, bem como as suas garantias e/ou outras características relevantes relacionadas com o crédito; e
- **Exposição à inadimplência (EAD):** O EAD é o valor esperado da exposição do Grupo a um cliente em situação de incumprimento que é utilizado na estimativa da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, a EAD incorpora a expectativa de utilização desses compromissos ou garantias à data do incumprimento.

Para cálculo da perda de crédito esperada, a carteira de crédito é dividida em produtos com características similares, sendo: crédito imobiliário; cartões de crédito; crédito pessoal e crédito empresas.

Posteriormente, os clientes são classificados em níveis de rating de acordo com a PD associada a cada um deles. Para a estimativa da PD são considerados os comportamentos dos clientes, considerando informações de agências de crédito e dados históricos internos.

Para a estimativa de LGD é considerado um período de exercício – recuperação de ativos – de até 60 meses, considerando a natureza das operações. Porém, para calcular o valor recuperado, considera-se a perda de valor ao longo do tempo para mensurar os impactos econômicos naquele ativo.

O Grupo aplica a abordagem de três estágios na mensuração de perda de crédito esperada, dado que os ativos financeiros realizam a migração de um estágio para o outro de acordo com a alteração no risco de crédito, são eles:

- **Estágio 1:** o risco de perda nesse estágio não apresenta variações significativas, a provisão neste momento representa a perda esperada resultante de possíveis inadimplências no decorrer de 12 meses subsequentes;

- **Estágio 2:** Este estágio é aplicado no caso de ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, que apresentam um aumento significativo de risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda estarem em situação de imparidade de crédito. O Inter avalia o risco de seus ativos financeiros com base em critérios absolutos (31 a 90 dias de atraso) e critérios relativos que comparam a pontuação do comportamento atual com a pontuação do reconhecimento inicial, levando em consideração variáveis como inadimplência em outros produtos e dados de mercado; e
- **Estágio 3:** Nesta fase, o instrumento financeiro é considerado em imparidade de crédito e tem problemas de recuperação observáveis devido a um ou mais eventos que causaram uma perda. O Grupo identifica os ativos financeiros como em situação de imparidade de crédito com base em ativos vencidos há mais de 90 dias ou em indícios de que a dívida não será paga integralmente sem ativação de garantia financeira. A provisão para perdas reflete as perdas esperadas devido ao risco de crédito ao longo da vida residual do instrumento financeiro.

Caso o risco de crédito aumente ou diminua, o instrumento financeiro pode migrar para os estágios 2 e 3 (alto risco), ou retornar para o estágio 1 (baixo risco) caso não demonstre mais problemas de recuperação de crédito ou tenha sido comprado/originado com sinais de deterioração.

Finalmente, para incorporar as perspectivas macroeconômicas que podem afetar as condições financeiras da carteira, um fator de correção baseado em um modelo macroeconômico é utilizado, o qual considera os principais indicadores de mercado: Taxa de Depósito Interbancário (DI), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Produto Interno Bruto (PIB) e salário mínimo.

A probabilidade de inadimplência de cada grupo de produtos é calibrada por meio de um multiplicador, que contempla as previsões para as variáveis citadas acima, com variações que representam um cenário base e um cenário de estresse de mercado. As previsões das variáveis macroeconômicas utilizadas são obtidas por meio de estudo do departamento de pesquisas do Inter, além da avaliação das previsões externas.

Para determinar a provisão para perdas esperadas, a PD calibrada pelo modelo macroeconômico é multiplicada pela LGD e EAD de cada operação, o que resulta na perda de crédito esperada de cada ativo.

As áreas de risco de crédito e de inteligência de dados são responsáveis por definir as metodologias e modelagens utilizadas para mensurar a perda esperada nas operações de crédito e avaliar a evolução dos valores de provisão, de forma recorrente.

Essas áreas monitoram as tendências percebidas na provisão para perdas de crédito esperadas por segmento, além de estabelecer um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear alterações na provisão, PD ou LGD.

Quando não existe uma expectativa razoável de recuperação de um ativo financeiro (geralmente quando os clientes estão vencidos há mais de 360 dias ou quando o Grupo foi notificado do falecimento do cliente), a baixa total é efetuada simultaneamente com a reversão do respectivo provisão para perda esperada, sem impacto líquido no resultado. As recuperações subsequentes destes valores são registradas como ganhos na Demonstração dos resultados, na rubrica de Resultado de perdas por redução do valor recuperável de ativos financeiros.

ii. Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

Passivos financeiros ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo: classificação aplicada aos derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O Grupo designa passivos financeiros, de forma irrevogável, ao justo valor por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de justo valor), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é amortizada, liquidada, retirada ou cancelada. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

iii. Derivativos

Os derivativos são contratos financeiros cujo valor depende de um ou mais ativos subjacentes ou índices especificados no instrumento. Entre os principais tipos utilizados estão: swaps, contratos a termo, futuros, opções e combinações desses instrumentos.

Os instrumentos são mensurados contabilmente pelo seu valor justo, cujo efeito resulta em ajustes positivos (ganhos) ou ajustes negativos (perdas), também conhecidos como *mark-to-market* (MTM). Tais ajustes são registrados como ativos quando positivos e como passivos quando negativos.

O valor de referência (*notional*) representa apenas a base de cálculo para determinação dos fluxos de caixa e são registrados em contas off-balance no balanço patrimonial.

Os derivativos são utilizados com o objetivo de proteger o Grupo contra riscos de mercado diversos, incluindo risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de inflação, risco cambial, bem como exposições relacionadas a commodities, ações e determinados índices.

Por fim, cabe mencionar que todos os instrumentos derivativos são classificados ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles que integram relações de *hedge* formalmente designadas, conforme apresentado na nota 11.

iv. Hedge Contábil

O Grupo optou por continuar aplicando os requisitos de hedge contábil previstos na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition e Measurement* em 31 de dezembro de 2025. No entanto, poderá adotar os requisitos do IFRS 9 – *Financial Instruments* em períodos futuros.

De acordo com esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumentos de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecimento de ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Todas as condições a seguir devem ser atendidas para a qualificação como um *hedge accounting*:

- No início do hedge, há uma designação formal e documentação de instrumento e objeto de hedge refletindo a estratégia de gestão de risco do grupo;
- O hedge accounting deve ser altamente eficaz na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A efetividade do hedge deve ser mensurada de forma confiável, garantindo que o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto reflitam adequadamente a exposição ao risco. Essa efetividade é monitorada de maneira contínua ao longo do tempo e durante todos os períodos para os quais foi designado.

Há três tipos possíveis de coberturas com base no IAS 39, conforme segue:

Hedge de valor justo

As estratégias de hedge a valor justo da Inter&Co visam proteger a exposição às variações no valor justo, especificamente nos recebimentos de juros relacionados a ativos reconhecidos. O objeto de hedge é ajustado ao valor justo, bem como os derivativos contratados para proteção dos mesmos. Os ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos itens protegidos são reconhecidos simultaneamente no resultado, reduzindo a volatilidade contábil.

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge; ou (ii) na realização do objeto de hedge. A parcela ineficaz é reconhecida diretamente no resultado.

Hedge de investimento líquido em controlada no exterior

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria tem por objetivo a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do hedge; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Em conformidade com suas políticas de gerenciamento de risco, o Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para fins de hedge econômico e de hedge contábil. Os derivativos e os instrumentos designados como hedge contábil estão apresentados na nota 11.

v. Compromissos de empréstimo e garantias financeiras

Os compromissos de empréstimos e garantias financeiras são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Posteriormente, este valor justo é amortizado ao longo da vida do contrato. Se o Grupo concluir que a perda de crédito esperada com relação ao contrato é maior do que o valor justo inicial menos a amortização acumulada, o contrato é mensurado pelo valor da perda de crédito esperada.

f. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem propriedades recuperadas de operações de crédito com clientes, se houver expectativa de que o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio da venda ao invés do uso. Essa condição é atendida somente quando a venda for altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata na sua condição atual, ou se a causa de indisponibilidade para venda imediata não estiver sob o controle da Companhia. A administração deve estar comprometida com a venda, que, no reconhecimento, deve ser considerada concluída em até um ano a partir da data de classificação. A reclassificação do ativo para esta rubrica do balanço, quando esta condição é cumprida, é realizada ao seu valor contábil ou pelo valor justo menos os custos de venda do ativo, o que for menor.

g. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, excluindo despesas de manutenção, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo dos ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários para deixá-los pronto para o uso pretendido. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade dos equipamentos relacionados é registrado como parte desses equipamentos. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são reavaliados e ajustados, se necessário, a cada data de apresentação ou conforme aplicável.

Ganhos e perdas na alienação do ativo imobilizado (calculados pela diferença entre o valor da alienação e o valor contábil do imobilizado) são registrados na Demonstração do Resultado.

Despesas subsequentes

O custo de reparo ou manutenção que não altera significativamente a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros de um item do ativo imobilizado é reconhecido no resultado do exercício à medida em que ocorre. Por outro lado, peças de reposição e substituições de itens essenciais para o funcionamento do imobilizado, ou que irão alterar significativamente sua capacidade de geração de benefícios, tem seu valor incorporado ao custo contábil do imobilizado no momento em que ocorrem.

Depreciação

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada para reduzir seu valor contábil aos seus valores residuais estimados. Os terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é como segue:

Descrição	Vida útil estimada
Edifícios, móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados e máquina de pagamento eletrônico	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excedente do valor da: (i) contraprestação transferida; (ii) o valor da participação dos não controladores na empresa adquirida; e (iii), em uma combinação de negócios realizada em etapas, o valor justo da participação societária anteriormente detida pela Inter&Co na empresa, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

O ágio não é amortizado, mas é avaliado anualmente quanto à perda por redução ao valor recuperável.

Carteira de clientes

As carteiras de clientes são reconhecidas ao valor justo na data de aquisição de controladas. Posteriormente, elas são mensuradas ao custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da vida esperada do relacionamento com o cliente.

Software

Os softwares e licenças adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e torná-los prontos para uso. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e os testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do software, incluem o custo dos funcionários alocados no desenvolvimento de software e uma alocação de despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento de software.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Custo de desenvolvimento

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente inclui todas as despesas diretamente atribuíveis, necessárias para a criação, produção e preparação do ativo para poder funcionar conforme pretendido pela administração. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis a um projeto de desenvolvimento de software controlado pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis incluem o custo dos funcionários alocados ao desenvolvimento de software e a alocação das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento de software.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

Amortização

A vida útil estimada dos itens do ativo intangível são como segue:

Descrição	Vida útil estimada
Software desenvolvido internamente	3 a 10 anos
Software e licenças	6 a 10 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados se aplicável.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O procedimento adotado para identificação de indícios de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros tem como finalidade assegurar que os valores contábeis refletidos nas demonstrações financeiras estejam alinhados ao valor recuperável dos ativos, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A análise compreende os ativos não financeiros e é conduzida por meio de uma avaliação periódica destinada a identificar eventuais indicativos de perda de valor. Essa avaliação engloba aspectos relacionados ao uso, desempenho, aderência ao propósito do ativo e condições que possam impactar a expectativa de benefícios econômicos futuros. Sempre que identificados indícios relevantes, o ativo é submetido ao teste de recuperabilidade.

Após a conclusão das avaliações, os efeitos do teste de recuperabilidade são devidamente registrados contabilmente e evidenciados nas demonstrações financeiras.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, o Grupo possui uma obrigação legal ou construtiva presente constituída como resultado de um evento passado, e for provável que a saída de um recurso econômico seja necessária para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas com base nos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pela taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião de seus assessores jurídicos, a natureza dos processos, a semelhança com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais e a avaliação da probabilidade de perda.

Os passivos contingentes são:

- Uma possível obrigação decorrente de acontecimentos passados e cuja existência só poderá ser confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controle da Inter&Co;
- Uma obrigação presente resultante de eventos passados que não é reconhecida pois;
 - Não é provável que um desembolso de recursos que compõem benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação; ou
 - O valor presente da obrigação não pode ser avaliado com uma certeza suficiente.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando:

- Os riscos e incertezas envolvidos;
- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo valor presente descontado dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e
- Eventos futuros que podem alterar o valor necessário para liquidar a obrigação.

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando houver garantia real ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de sucesso seja provável, são divulgados quando relevantes.

k. Benefícios a empregados**Benefícios de funcionários de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal à medida que o correspondente serviço é prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo funcionário, e a obrigação possa ser estimada com segurança.

Acordos de remuneração baseados em ações, liquidáveis em ações

O valor justo na data de concessão dos acordos de remuneração com base em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa, com um aumento correspondente no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para os quais há expectativa de que as condições de serviço e desempenho serão atendidas, de forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente cumprem as condições de serviço e desempenho na data de aquisição.

l. Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a base tributável de acordo com a legislação aplicável e as alíquotas aplicáveis:

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos e mensurados com base nas expectativas de realização, considerando estudos técnicos e análises realizadas pela administração.

O Grupo realiza um estudo sobre a probabilidade de aceitação pela autoridade tributária final de quaisquer posições fiscais incertas que adotar com base na sua avaliação de diferentes fatores, incluindo interpretação das leis tributárias e a experiência passada. Nenhuma provisão adicional foi reconhecida para nenhum dos períodos fiscais em aberto. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas, que podem envolver julgamentos de eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria o Grupo a alterar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Quaisquer mudanças afetarão as despesas de imposto de renda no exercício em que forem feitas.

Impostos correntes

O imposto corrente abrange o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado do exercício e qualquer ajuste no imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de contabilidade e valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros ao VJORA, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

m. Juros

As receitas e despesas de juros são calculadas utilizando o método de juros efetivos para todos os instrumentos financeiros.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificados para hedge de valor justo de taxas de juros são registradas como receitas ou despesas de juros na mesma rubrica em que as variações de valor justo dos itens protegidos são registradas.

n. Resultado líquido de serviços e comissões

As receitas de serviços e comissões são reconhecidas usando o modelo de cinco etapas, de acordo com a IFRS 15, conforme segue:

- **Etapas 1** - Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- **Etapas 2** - Identificar as obrigações de desempenho estabelecidas em cada contrato;

- **Etapa 3** - Determinar o preço da transação de acordo com os termos contratuais. Se um contrato incluir uma contraprestação variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, aplicando a restrição;
- **Etapa 4** - Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho no contrato com base no seu preço de venda independente. O preço de venda individual do serviço é o preço pelo qual o Grupo venderia um serviço separadamente a um cliente de maneira segregada. A melhor evidência de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando a Inter&Co vende esse serviço separadamente em circunstâncias similares e para clientes similares. Caso o serviço não for vendido a um cliente separadamente, o preço de venda individual é estimado usando um método apropriado. Ao estimar um preço de venda individual, todas as informações (incluindo condições de mercado) disponíveis são consideradas e o uso de dados observáveis é maximizado; e
- **Etapa 5** - Reconhecer a receita no momento que (ou à medida em que) a empresa cumprir uma obrigação de desempenho (por exemplo, o serviço é prestado de forma efetiva).

As principais receitas de serviços e comissões da Inter&Co são:

- **Taxas de intercâmbio:** são receitas de comissões de transações com cartões débito e crédito realizadas por clientes com cartões emitidos pelo Grupo. A obrigação de desempenho é cumprida quando a transação é realizada. O preço da transação é uma porcentagem predefinida do pagamento total realizado usando cartão;
- **Gestão de ativos (gestão de recursos de terceiros):** taxas de administração e performance. As taxas de administração são reconhecidas à medida que o serviço é prestado em cada exercício. As taxas de performance são variáveis e reconhecidas ao final de cada período de desempenho quando é altamente provável que uma reversão significativa não ocorra posteriormente;
- **Tarifas bancárias:** estão relacionadas principalmente às tarifas de transações com boleto e tarifas recebidas pelas transferências interbancárias realizadas pelos correntistas do Inter, e são reconhecidas quando os serviços são prestados. O preço da transação é o valor contratual; e
- **Comissões e intermediação:** referem-se à intermediação da venda de produtos e serviços. As receitas são reconhecidas quando o serviço de intermediação é prestado, momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita. O preço da transação é o valor contratual que, geralmente, é um percentual do valor de venda.

o. Patrimônio líquido

Capital Social

As ações classe A e classe B da controladora Inter&Co Inc. são classificadas em grupo específico no patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são incluídos no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo a quantidade média de ações mantidas em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo a quantidade média de ações mantidas em tesouraria e ajustado pelos efeitos de todas as ações potenciais diluidoras.

p. Arrendamento

Arrendador

O Grupo não possui arrendamentos significativos como arrendador.

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é de, ou inclui um, arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período de tempo em troca de compensação.

Arrendatário

No início ou mediante alteração de um contrato que contém um componente de arrendamento mercantil, o Grupo aloca a compensação no contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base no seu preço individual. No entanto, para arrendamentos de imóveis, a Inter&Co optou por não separar os componentes de não arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente de arrendamento.

A Inter&Co reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que é igual ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento realizado antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário para desmontar, remover ou restaurar o ativo, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado posteriormente pelo método linear desde a data de início até a data de término do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para o Grupo no final do prazo do arrendamento, ou se o arrendamento incluir opções de compra que o Grupo está razoavelmente certo de exercer. Nesses casos, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente avaliado para redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento em aberto, descontados pela taxa de juros implícita do arrendamento ou, se esta taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Inter.

O Inter determina sua taxa de empréstimo incremental a partir das taxas de juros sobre financiamentos recebidos de terceiros, ajustadas para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

- pagamentos fixos;
- pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou da taxa da data de início;
- valores que deverão ser pagos pelo Inter, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço para exercer a opção de compra, se o Inter estiver razoavelmente certo de exercer esta opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção do Inter de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Inter do valor esperado a pagar sob uma garantia de valor residual, se o Inter mudar sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado desta maneira, um ajuste correspondente é realizado no valor contábil do ativo de direito de uso, ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

O Inter apresenta os ativos de direito de uso como “Imobilizado” e os passivos de arrendamento em “Outras obrigações” no balanço patrimonial.

Arrendamento de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo

O Inter optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Inter reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

5. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são divulgados com base em informações internas utilizadas pelo principal responsável pelas decisões operacionais para alocar recursos e avaliar o desempenho. O principal responsável pelas decisões operacionais, responsável por alocar recursos, avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões estratégicas para a Inter&co, é o CEO em conjunto com o Conselho de Administração.

Resultado gerencial por segmento

Cada segmento operacional é composto por uma ou mais pessoas jurídicas. A mensuração do lucro por segmento operacional leva em consideração todas as receitas e despesas reconhecidas pelas empresas que compõem cada segmento.

As transações entre segmentos são realizadas em prazos e taxas compatíveis com os praticados com terceiros, quando aplicável. O Grupo não possui nenhum cliente responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

a. Banking & Spending

Tal segmento compreende produtos e serviços bancários como conta corrente, cartões de débito e crédito, depósitos, empréstimos, adiantamentos a clientes, atividades de cobrança de dívidas e outras prestações de serviços disponibilizados aos clientes, principalmente, por meio do aplicativo do Inter. Também estão incluídos no segmento os serviços de câmbio, remessas de recurso entre países, incluindo a solução digital *Global Account*, soluções inteligentes de pagamento com cartão (incluindo Inter Pag), juntamente com os fundos de investimento consolidados pelo Grupo.

b. Investments

Esse segmento é responsável pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos, estruturação, distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais e operações inerentes à gestão das carteiras de fundos e outros ativos (compra, venda, gestão de riscos). As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

c. Insurance Brokerage

Neste segmento são oferecidos produtos de seguros subscritos por seguradoras nas quais o Inter tem convênio ("sociedades parceiras"), incluindo garantias, seguros de vida, patrimoniais e automóveis e produtos de previdência, bem como produtos de consórcio fornecidos por um terceiro com quem o Inter tenha um acordo comercial. As receitas de comissões de venda de seguros são reconhecidas na demonstração de resultado quando os serviços são efetivamente prestados, ou seja, no ato da efetivação da venda ao cliente, quando a obrigação de desempenho é cumprida.

d. Inter Shop

Nesse segmento estão incluídas as operações de vendas de mercadorias e/ou serviços aos clientes do Inter através de seus parceiros, por intermédio de nossa plataforma digital; além da iniciativa de oferecer operações de BNPL (*Buy Now Pay Later*) aos clientes. As receitas de segmento compreendem, substancialmente, as comissões recebidas pelas vendas e/ou prestação desses serviços.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

31/12/2025								
	Banking & Spending	Investments	Insurance Brokerage	Inter Shop	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Receitas de juros	8.493.406	23.530	—	88.984	8.605.920	67.518	(34.962)	8.638.477
Despesas de juros	(6.071.168)	(17.812)	—	—	(6.088.980)	(23.358)	135.210	(5.977.127)
Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	3.363.378	93.190	11.375	60.021	3.527.964	309.129	(224.624)	3.612.469
Resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio	5.785.616	98.908	11.375	149.005	6.044.904	353.289	(124.376)	6.273.819
Receitas líquidas de serviços e comissões	1.319.900	159.400	281.415	234.429	1.995.144	77.220	(64.269)	2.008.095
Despesas de serviços e comissões	(72.380)	(2)	(99.158)	(10.501)	(182.043)	(159)	—	(182.202)
Outras receitas	301.501	188	41.037	34.517	377.243	204.435	(280.452)	301.226
Receitas líquidas	7.334.637	258.494	234.669	407.450	8.235.250	634.785	(469.097)	8.400.938
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.412.372)	(321)	—	—	(2.412.693)	(3.660)	—	(2.416.353)
Despesas administrativas	(2.048.945)	(89.889)	(17.012)	(72.330)	(2.228.176)	(26.964)	54.536	(2.200.604)
Despesas de pessoal	(821.938)	(82.257)	(26.350)	(61.795)	(992.340)	(107.670)	9.677	(1.090.333)
Despesas tributárias	(460.614)	(21.211)	(26.929)	(49.211)	(557.965)	(170.769)	—	(728.734)
Depreciação e amortização	(317.876)	(6.106)	(2.492)	(11.249)	(337.723)	(3.004)	—	(340.727)
Lucro antes da tributação sobre o lucro	1.272.892	58.710	161.886	212.865	1.706.353	322.718	(404.884)	1.624.187
Imposto de renda e contribuição social	(81.143)	(17.473)	(53.705)	(74.275)	(226.596)	(270)	—	(226.866)
Lucro líquido de controladores e não controladores	1.191.749	41.237	108.182	138.589	1.479.757	322.448	(404.884)	1.397.321
Participação de não controladores	(8.779)	(5.270)	(43.273)	(27.984)	(85.306)	375	—	(84.931)
Lucro líquido de controladores	1.182.970	35.967	64.909	110.606	1.394.451	322.823	(404.884)	1.312.390

31/12/2025								
	Banking & Spending	Investments	Insurance Brokerage	Inter Shop	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Total dos ativos	96.813.106	887.911	404.279	792.270	98.897.566	4.958.428	(5.244.476)	98.611.518
Total dos passivos	88.927.374	436.771	154.114	688.430	90.206.689	1.146.080	(3.134.213)	88.218.556
Total do patrimônio líquido	7.885.732	451.140	250.165	103.840	8.690.877	3.812.348	(2.110.263)	10.392.962

	31/12/2024							
	Banking & Spending	Investments	Insurance Brokerage	Inter Shop	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Receitas de juros	4.985.979	11.400	—	82.275	5.079.654	66.397	(6.838)	5.139.213
Despesas de juros	(3.360.985)	(11.772)	—	—	(3.372.757)	(5.769)	66.888	(3.311.638)
Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	2.510.861	92.745	4.165	33.435	2.641.206	48.937	(60.974)	2.629.169
Resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio	4.135.855	92.373	4.165	115.710	4.348.103	109.565	(924)	4.456.744
Receitas líquidas de serviços e comissões	1.236.722	135.281	196.399	178.720	1.747.122	35.579	(29.421)	1.753.280
Despesas de serviços e comissões	(73.881)	—	(58.854)	(10.685)	(143.420)	(10)	—	(143.430)
Outras receitas	348.005	28.027	46.671	38.356	461.059	209.846	(337.334)	333.571
Receitas líquidas	5.646.701	255.681	188.381	322.101	6.412.864	354.980	(367.679)	6.400.165
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.797.731)	—	—	—	(1.797.731)	(1.721)	—	(1.799.452)
Despesas administrativas	(1.606.421)	(73.573)	(9.554)	(55.767)	(1.745.315)	(32.256)	8.516	(1.769.055)
Despesas de pessoal	(732.862)	(75.396)	(23.479)	(49.825)	(881.562)	(77.106)	20.907	(937.761)
Despesas tributárias	(306.839)	(17.538)	(20.910)	(56.193)	(401.480)	(75.557)	—	(477.037)
Depreciação e amortização	(190.890)	(6.123)	(1.756)	(9.750)	(208.519)	(310)	—	(208.829)
Resultado de participações em coligadas	(2.480)	—	—	—	(2.480)	—	—	(2.480)
Lucro antes da tributação sobre o lucro	1.009.478	83.051	132.682	150.566	1.375.777	168.030	(338.256)	1.205.550
Imposto de renda e contribuição social	(82.444)	(26.049)	(41.618)	(89.541)	(239.652)	6.943	—	(232.709)
Lucro líquido de controladores e não controladores	927.034	57.002	91.064	61.025	1.136.125	174.973	(338.256)	972.841
Participação de não controladores	(27.662)	(3.099)	(25.893)	(10.066)	(66.720)	1.011	—	(65.709)
Lucro líquido de controladores	899.372	53.903	65.171	50.959	1.069.405	175.984	(338.256)	907.132

	31/12/2024							
	Banking & Spending	Investments	Insurance Brokerage	Inter Shop	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Total dos ativos	75.160.755	834.510	339.776	566.010	76.901.051	2.240.421	(2.711.755)	76.429.717
Total dos passivos	67.324.636	407.083	148.221	558.571	68.438.511	829.357	(1.910.458)	67.357.410
Total do patrimônio líquido	7.836.119	427.427	191.555	7.439	8.462.540	1.411.064	(801.297)	9.072.307

6. Gerenciamento de riscos financeiros

O gerenciamento de riscos do Grupo contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gestão de risco são realizadas por estruturas independentes e especializadas, conforme políticas e estratégias previamente definidas, com o objetivo de identificar, mensurar, monitorar, mitigar e controlar a exposição a riscos financeiros e não financeiros aos quais o Inter está sujeito.

O modelo adotado pelo Grupo, está organizado por meio de instância de governança e comitês com suporte de metodologias, modelos e ferramentas adequadas, buscando assegurar, entre outros:

- Segregação de funções e independência entre as áreas de negócios e de controle;
- Unidade específica para gestão de riscos responsável pelo monitoramento e reporte às instâncias competentes;
- Processo de gestão formalizados, com definição de responsabilidades e fluxos de informação;
- Normas claras, estrutura de competências e alçadas compatíveis com a complexidade das operações;
- Limites e margens definidos, alinhados ao apetite a risco e às diretrizes estratégicas; e
- Adoção de boas práticas de mercado, buscando aprimoramento contínuo da efetividade do gerenciamento.

a. Risco de crédito

Risco de crédito se define como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados ou a desvalorização de contrato de crédito decorrente do aumento do risco de inadimplência por parte do tomador, entre outros.

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação, bem como ao longo do prazo das respectivas operações. As análises de crédito se baseiam na capacidade econômico-financeira do tomador (ou contraparte), no comportamento (*behavior*), incluindo histórico de pagamentos, na reputação creditícia, além dos termos e condições da respectiva operação de crédito, incluindo prazos, taxas e garantias.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 12, estão representados principalmente por operações de:

- **Cartão de crédito:** operações de crédito relativas aos limites de cartão de crédito, em sua maioria sem garantias vinculadas;
- **Crédito empresas:** operações de capital de giro, recebíveis, descontos e empréstimos em geral, com ou sem garantias vinculadas;
- **Crédito imobiliário:** operações de empréstimos e financiamentos garantidos por imóveis, com garantias vinculadas;
- **Crédito pessoal:** operações de empréstimo e cartão consignado, empréstimos pessoais com e sem garantias de repasse; e
- **Crédito rural:** operações de financiamento para custeio das produções rurais, investimento, comercialização e/ou industrialização concedidas à produtores rurais, com ou sem garantias vinculadas.

Mitigação da Exposição

Para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, a Inter&Co adota medidas para mitigar o risco de crédito. A exposição ao risco de crédito é mitigada através da estruturação de garantias, adaptando o nível de risco a incorrer às características das garantias prestadas no momento da concessão. Os indicadores de risco são monitorados continuamente e são avaliadas propostas de formas alternativas de mitigação, sempre que o comportamento de exposição ao risco de crédito de qualquer unidade, região, produto ou segmento assim o exija. Adicionalmente, a mitigação do risco de crédito ocorre por meio do reposicionamento de produtos e do ajuste de processos operacionais ou níveis de aprovação das operações.

Os padrões de crédito orientam as unidades operacionais e abrangem, entre outros aspectos, a classificação, exigência, seleção, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, visando garantir a adequação e suficiência dos instrumentos mitigadores ao longo do ciclo do empréstimo.

Em 2025 não ocorreram alterações materiais na natureza das exposições ao risco de crédito, na forma como surgem ou nos objetivos, políticas e processos do Grupo para gerenciá-las, embora a Inter&Co continue a aperfeiçoar os seus processos internos de gestão de risco.

i. Concentração por setor econômico:

Abaixo, apresentamos a concentração por setor econômico relacionada a empréstimos e adiantamentos a clientes:

	31/12/2025	31/12/2024
Construção	2.080.490	1.612.420
Comércio	1.658.824	1.341.976
Indústrias	1.385.398	1.125.596
Atividades administrativas	785.016	274.894
Atividades financeiras	406.577	378.690
Agricultura	69.220	52.490
Outros segmentos (a)	1.365.293	1.774.595
Pessoa jurídica	7.750.818	6.560.661
Pessoa física	40.500.362	29.035.632
Total	48.251.180	35.596.293

(a) Refere-se, principalmente, as atividades imobiliárias, serviços de comunicação, transporte, armazenagem e correio.

ii. Concentração da carteira:

Abaixo, apresentamos a concentração do risco de crédito relacionada a empréstimos e adiantamentos a clientes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo	% sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	Saldo	% sobre empréstimos e adiantamentos a clientes
Maior devedor	184.344	0,38 %	123.456	0,35 %
10 maiores devedores	1.014.930	2,10 %	964.974	2,71 %
20 maiores devedores	1.540.450	3,19 %	1.520.889	4,27 %
50 maiores devedores	2.477.816	5,14 %	2.378.545	6,68 %
100 maiores devedores	3.383.310	7,01 %	3.181.258	8,94 %

Mensuração

A mensuração do risco de crédito do Grupo é realizada considerando o seguinte:

- No momento da concessão do crédito é efetuada uma avaliação da situação financeira do cliente através da aplicação de métodos qualitativos e quantitativos, de forma a suportar a adequação da exposição ao risco proposta;
- A avaliação é realizada ao nível da contraparte, considerando informação sobre as garantias, quando aplicável. A exposição ao risco de crédito também é mensurada em cenários extremos, utilizando técnicas de estresse e análise de condições macroeconômicas, considerando a taxa de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica;
- Os modelos aplicados para determinar o rating interno dos clientes e empréstimos são revisados periodicamente para garantir que reflitam a expectativa de perdas esperadas, conforme informações na nota explicativa nº 12. A estimativa de perda esperadas dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):
 - **Estágio 1:** ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
 - **Estágio 2:** ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
 - **Estágio 3:** ativos financeiros que apresentaram indicativos que não serão honrados integralmente nas características originalmente pactuadas ou que estejam envolvidos em processos falimentares, recuperação judicial, reestruturação da dívida ou que necessitem da execução das garantias e dessa forma são caracterizados como ativos problemáticos.
- Os atrasos de pagamentos nas carteiras são monitorados de forma a identificar tendências ou alterações no comportamento do crédito e permitir a adoção de medidas mitigadoras quando necessário;
- A perda de crédito esperada reflete o nível de risco dos empréstimos e permite monitorar e controlar o nível de exposição da carteira e a adoção de medidas de mitigação de risco;
- A perda de crédito esperada é uma previsão dos níveis de risco da carteira de crédito. Seu cálculo é baseado no comportamento histórico de pagamentos e na distribuição da carteira por produto e nível de risco. Este é uma contribuição fundamental para o processo de fixação de preços de empréstimos e adiantamentos a clientes;
- Além do monitoramento e mensuração de indicadores em condições normais, também são realizadas simulações de mudanças no ambiente de negócios e no cenário econômico, a fim de prever o impacto de tais mudanças nos níveis de exposição a riscos, provisões e equilíbrio dessas carteiras e para apoiar o processo de revisão dos limites de exposição e da política de risco de crédito; e
- As perdas esperadas são constituídas considerando a multiplicação dos parâmetros de risco de crédito, sendo:
 - **Probabilidade de Default (PD):** refere-se à probabilidade de descumprimento das obrigações pactuadas pelo cliente, conforme modelos internos de avaliação baseados em metodologias estatísticas. Esses modelos consideram o comportamento dos clientes, ratings internos, segmentos de negócio, características do produto e garantias, além de informações financeiras e análises qualitativas de especialistas;

- **Loss Given Default (LGD):** refere-se ao percentual de perda em relação à exposição em casos de eventos de default, considerando os esforços de recuperação. Os modelos internos de avaliação baseados em metodologias estatísticas que levam em conta as características da operação, como produto e garantia; e
- **Exposure at Default (EAD):** refere-se ao valor contábil da exposição no momento da estimativa da perda esperada. No caso de compromissos de crédito ou créditos a liberar, o EAD terá a adição do valor esperado da conversão destes valores em exposição por partes dos clientes.

b. Descrição das garantias

As perdas potenciais relativas aos instrumentos financeiros são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos. A avaliação/reavaliação da eficiência das garantias é realizada pelo menos uma vez a cada doze meses, considerando as características do bem dado em garantia, o valor de mercado e a segurança jurídica dos contratos.

As principais garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais, comerciais e veículos, incluindo títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Empréstimos consignados, representados substancialmente por cartões de crédito consignado e empréstimos pessoais são deduzidos diretamente das pensões, rendimentos ou salários dos mutuários e liquidados diretamente pela entidade responsável por efetuar esses pagamentos (por exemplo, empresa privada ou órgão governamental). Os cartões de crédito geralmente não possuem garantias reais.

Garantias de financiamentos imobiliários

As garantias de Carteira de Crédito Imobiliário são constituídas substancialmente pelo imóvel financiado, a tabela a seguir demonstra o valor dos financiamentos garantidos por imóvel, segregados pelo Loan to Value (LTV). O LTV é a proporção entre o valor de um empréstimo e o valor do ativo financiado. Quando estiver mais elevado, pode sinalizar um maior risco para o credor, uma vez que indica uma menor participação de capital próprio do mutuário na operação.

	31/12/2025	31/12/2024
Menor ou igual a 30%	2.565.053	1.680.479
Maior que 30% e menor ou igual a 50%	4.432.991	3.384.141
Maior que 50% e menor ou igual a 70%	6.646.170	4.552.068
Maior que 70% e menor ou igual a 90%	2.415.905	1.375.696
Maior que 90%	134.603	257.803
Total	16.194.722	11.250.187

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade do Grupo não conseguir honrar suas obrigações financeiras de forma eficiente, sejam elas esperadas ou inesperadas, incluindo obrigações decorrentes de garantias concedidas e resgates extraordinários por parte dos clientes. Este risco também abrange cenários em que a Inter&Co pode enfrentar dificuldades para negociar a venda de ativos pelos preços praticados no mercado, seja devido ao volume significativo em relação à movimentação habitual, seja em razão de descontinuidades ou disfunções no mercado.

O risco de liquidez é gerenciado de forma institucional por meio de uma estrutura de governança, com responsabilidades claramente distribuídas entre o Conselho de Administração, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), o Comitê de Riscos e a Diretoria de Riscos (CRO). Esta última tem como responsabilidade específica o monitoramento e acompanhamento contínuo do risco de liquidez.

A estrutura de gestão de risco atua de forma independente e proativa, com o objetivo de monitorar continuamente os indicadores de liquidez e prevenir eventuais extrapolações dos limites estabelecidos. O gerenciamento abrange integralmente os fluxos de recebimentos e pagamentos da Inter&Co, permitindo a implementação tempestiva de ações de mitigação quando necessário.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado diariamente, sendo o acompanhamento conduzido periodicamente pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que avalia sistematicamente as informações de risco de liquidez disponíveis, incluindo:

- Descasamento entre ativos e passivos;
- Concentração dos 10 maiores investidores;
- Captação Líquida;
- Limites de Liquidez;
- Previsão de Vencimento;
- Testes de estresse baseados em cenários definidos internamente;
- Planos de contingência de liquidez;
- Acompanhamento do Índice de Liquidez; e
- Relatórios com informações sobre posições ocupadas pelo Inter e suas controladas.

A estrutura considera os fatores internos e externos que impactam a liquidez do Grupo, realizando acompanhamento diário detalhado das movimentações de entrada e saída dos empréstimos e adiantamentos a clientes, Depósitos a Prazo, Poupança, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras Imobiliárias com Garantia Real (LCI), Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), Letras Financeiras (LF) e Depósitos à Vista.

O grupo observa e utiliza as informações apresentadas na nota 6.d como um componente para o monitoramento do risco de liquidez.

Até a data base de 31 de dezembro de 2025, não ocorreram alterações materiais na natureza das exposições ao risco de liquidez, metodologia de acompanhamento, políticas internas e nos processos do Grupo para geri-las. Não obstante, o Grupo mantém o aperfeiçoamento contínuo de seus processos internos de gestão de risco.

d. Análise de instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

A tabela abaixo apresenta o valor realizável dos ativos e passivos financeiros do grupo por prazo contratual remanescente:

		Circulante			Não Circulante		Total em	Total em
	Nota	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 5 Anos	Acima de 5 anos	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.801.513	—	—	—	—	3.801.513	1.108.394
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	4.600.218	—	—	—	—	4.600.218	6.194.960
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		7.867.658	—	—	—	—	7.867.658	5.285.402
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	10	612.626	1.602.869	3.120.725	15.945.794	7.728.309	29.010.323	23.899.551
Instrumentos financeiros derivativos	11	55.195	2.806	914	—	—	58.915	563
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	12.a	1.256.767	5.864.069	9.408.528	8.329.862	20.391.878	45.251.104	33.327.355
Outros ativos (a)	15	—	162.091	—	120.238	369.479	651.808	513.081
Total		18.193.977	7.631.835	12.530.167	24.395.894	28.489.666	91.241.539	70.329.306
Passivos financeiros								
Depósitos com clientes (b)	16	19.882.715	2.714.755	5.222.151	27.063.463	—	54.883.084	42.803.229
Depósitos com instituições financeiras	17	14.517.220	21.412	47.072	—	—	14.585.704	11.319.577
Títulos emitidos	18	287.004	2.788.361	2.213.720	7.772.061	1.065.998	14.127.144	9.890.219
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.149	48.538	271	1.156	—	54.114	70.048
Empréstimos e repasses	19	—	—	285.089	532.054	352	817.495	128.924
Outros passivos (c)	22	—	—	4.633	113.917	—	118.550	113.690
Total		34.691.088	5.573.066	7.772.936	35.482.651	1.066.350	84.586.091	64.325.687
Diferença Ativo / Passivo (d)		(16.497.111)	2.058.769	4.757.231	(11.086.757)	27.423.316	6.655.448	6.003.619

(a) Outros ativos financeiros são compostos substancialmente por valores relativos à parcela variável da venda de 40% da controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros SA ("Wiz") em 08 de maio de 2019, adiantamento sobre contrato de câmbio, comissões e bonificações a receber e prêmio ou desconto em operação de transferência de ativos financeiros;

(b) Em geral, os CDBs (depósitos a prazo) são emitidos com cláusula de liquidez antecipada e o cliente (contraparte) pode resgatá-los a qualquer momento até o vencimento final. Para fins de divulgação, os CDBs são alocados de acordo com os dias restantes até o vencimento. Todavia, para fins de gerenciamento de risco, tanto sob o risco de mercado quanto sob o risco de liquidez, considera-se uma metodologia (modelo estatístico de comportamento) que se concentra na alocação das posições (CDB) em um vencimento mais provável;

(c) Compostos pelos passivos financeiros de arrendamentos, conforme nota explicativa 22.b; e

(d) Os descasamentos observados decorrem das diferentes características e prazos contratuais dos ativos e passivos financeiros, não representando necessariamente limitações na posição de liquidez efetiva da instituição.

e. Ativos e passivos financeiros usando uma classificação circulante e não circulante

A tabela a seguir representa os ativos e passivos financeiros da Inter&Co, segregados em circulante (com expectativa de realização dentro de 12 meses da data do balanço) e não circulante (com expectativa de realização superior a 12 meses após a data do balanço), levando em consideração o seu prazo contratual remanescente na data das demonstrações financeiras consolidadas:

	Nota	31/12/2025	
		Circulante	Não circulante
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.801.513	—
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	4.600.218	—
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		7.867.658	—
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	10	5.336.220	23.674.103
Instrumentos financeiros derivativos	11	58.915	—
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	12	16.529.364	28.721.740
Outros ativos (a)	15	162.091	489.717
Total		38.355.979	52.885.560
Passivos financeiros			
Depósitos com clientes (b)	16	27.819.621	27.063.463
Depósitos com instituições financeiras	17	14.585.704	—
Títulos emitidos	18	5.289.085	8.838.059
Instrumentos financeiros derivativos	11	52.958	1.156
Empréstimos e repasses	19	285.089	532.406
Outros passivos (c)	22	4.633	113.917
Total		48.037.090	36.549.001

(a) Outros ativos financeiros são compostos substancialmente por valores relativos à parcela variável da venda de 40% da controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros SA ("Wiz") em 08 de maio de 2019, adiantamento sobre contrato de câmbio, comissões e bonificações a receber e prêmio ou desconto em operação de transferência de ativos financeiros;

(b) Em geral, os CDBs (depósitos a prazo) são emitidos com cláusula de liquidez antecipada e o cliente (contraparte) pode resgatá-los a qualquer momento até o vencimento final. Para fins de divulgação, os CDBs são alocados de acordo com os dias restantes até o vencimento. Todavia, para fins de gerenciamento de risco, tanto sob o risco de mercado quanto sob o risco de liquidez, considera-se uma metodologia (modelo estatístico de comportamento) que se concentra na alocação das posições (CDB) em um vencimento mais provável; e

(c) Compostos pelos passivos financeiros de arrendamentos, conforme nota explicativa 22.b.

	31/12/2024			
	Nota	Circulante	Não circulante	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.108.394	—	1.108.394
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	6.194.960	—	6.194.960
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		5.285.402	—	5.285.402
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	10	5.379.079	18.520.472	23.899.551
Instrumentos financeiros derivativos	11	563	—	563
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	12	15.686.443	17.640.912	33.327.355
Outros ativos	15	—	513.081	513.081
Total		33.654.841	36.674.465	70.329.306
Passivos financeiros				
Depósitos com clientes	16	25.942.634	16.860.595	42.803.229
Depósitos com instituições financeiras	17	11.319.577	—	11.319.577
Títulos emitidos	18	6.427.756	3.462.463	9.890.219
Instrumentos financeiros derivativos	11	70.003	45	70.048
Empréstimos e repasses	19	111.806	17.118	128.924
Outros passivos	22	1.011	112.679	113.690
Total		43.872.787	20.452.900	64.325.687

f. Gestão de risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição e suas controladas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços das ações e preços de mercadorias (*commodities*).

No Grupo, a gestão do risco de mercado tem como objetivo principal apoiar as áreas de negócios por meio do estabelecimento de processos e da implementação de ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados. Essa estrutura possibilita a mensuração e o acompanhamento dos níveis de risco conforme diretrizes estabelecidas pela alta administração.

A gestão de risco de mercado é monitorada diariamente, sendo o acompanhamento conduzido periodicamente pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Os controles de risco de mercado permitem a avaliação analítica das informações e estão em constante processo de aperfeiçoamento. A Instituição e suas controladas vêm aprimorando continuamente os aspectos internos de gerenciamento e mitigação de riscos.

Mensuração

Dentro do processo de gestão de risco, a Inter&Co classifica as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

- **Carteira de negociação (*Trading book*):** considera todas as operações com intenção de serem negociadas antes do seu vencimento contratual ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.
- **Carteira bancária (*Banking book*):** considera as operações não classificadas na carteira de negociação, como característica principal a intenção de manter as respectivas operações até o seu vencimento.

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Grupo gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Uma das formas de avaliação das posições sujeitas ao risco de mercado é realizada através de um modelo de *value at risk* (VaR). A metodologia utilizada para cálculo de VaR considera um modelo paramétrico com 99% de nível de confiança e horizonte de tempo de 21 dias.

Os valores do VaR da carteira de negociação são os seguintes:

Fator de risco - R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024
Cupom de índice de preços (a)	5.370	13.738
Taxa de juros pré fixada	401	3.951
Cupom de moeda estrangeira	5.734	2.675
Moedas estrangeiras	18.740	28.036
Preço de ações	70	193
Subtotal	30.314	48.593
Efeito diversificação (correlação)	12.270	24.539
VaR	18.044	24.054
VaR sobre ativos	0,02 %	0,03 %

(a) Cupom de índice de preços é composto pelos fatores de risco IPCA (índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pelo IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)).

Os valores do VaR da carteira bancária são os seguintes:

Fator de risco - R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024
Cupom de índice de preços (a)	869.347	976.186
Taxa de juros pré fixada	74.245	116.296
Cupom de taxa de juros (b)	34.499	53.790
Outros	294.141	181.069
Subtotal	1.272.232	1.327.341
Efeito diversificação (correlação)	325.523	347.688
VaR	946.709	979.653
VaR sobre ativos	0,96 %	1,28 %

(a) Cupom de índice de preços é composto pelos fatores de risco IPCA (índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pelo IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)); e

(b) Cupom de taxa de juros é equivalente a Taxa Referencial (TR) é um dos componentes que definem a rentabilidade de poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

a. Análise de sensibilidade

Para determinar a sensibilidade do valor econômico da posição do Grupo aos movimentos de mercado, calculamos delta do valor mercado a mercado (MTM) dos ativos e passivos em cenários distintos, considerando os fatores de risco relevantes, no período analisado. Apresentamos os resultados que afetariam negativamente nossas posições, conforme cada cenário:

- **Cenário 1:** com base nas informações de mercado foram aplicados choques de 1 ponto base para as taxas de juros e 1% de variação para preços (moedas estrangeiras e ações);
- **Cenário 2:** foram determinados choques de 25% de variação nas curvas e preços de mercado; e
- **Cenário 3:** foram determinados choques de 50% de variação nas curvas e preços de mercado.

Destaca-se que os impactos refletem uma visão estática da carteira e que o dinamismo de mercado e da composição da carteira faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. O grupo possui um processo de monitoramento contínuo do risco de mercado e, em caso de deterioração de posição/carteira são realizadas ações mitigadoras para minimizar possíveis efeitos negativos.

Exposições

Carteira Banking e Trading

		Cenários				31/12/2025
Fator de risco	Variação na taxa no cenário 1	Cenário 1	Variação na taxa no cenário 2	Cenário 2	Variação na taxa no cenário 3	Cenário 3
Cupom de IPCA (a)	aumento	(5.638)	aumento	(914.806)	aumento	(1.648.619)
Taxa pré-fixada	aumento	(4.362)	aumento	(1.379.571)	aumento	(2.590.233)
Cupom de TR (b)	aumento	(511)	aumento	(122.128)	aumento	(208.431)
Cupom de USD	redução	(46)	redução	(8.085)	redução	(16.369)
Outros	redução	(2.554)	redução	(63.843)	redução	(127.687)

(a) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e

(b) A Taxa Referencial (TR) é um dos componentes que definem a rentabilidade da poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Exposições

Carteira Banking e Trading

		Cenários				31/12/2024
Fator de risco	Variação na taxa no cenário 1	Cenário 1	Variação na taxa no cenário 2	Cenário 2	Variação na taxa no cenário 3	Cenário 3
Cupom de IPCA (a)	aumento	(4.870)	aumento	(834.006)	aumento	(1.511.875)
Taxa pré-fixada	aumento	(2.766)	aumento	(988.366)	aumento	(1.848.407)
Cupom de TR (b)	aumento	(214)	aumento	(56.565)	aumento	(96.402)
Cupom de USD	redução	(26)	redução	(4.477)	redução	(9.047)
Outros	aumento	(19)	redução	(1.912)	redução	(628)

(a) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e

(b) A Taxa Referencial (TR) é um dos componentes que definem a rentabilidade da poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

b. Risco operacional

Política

O Inter considera estratégico o gerenciamento de riscos operacionais para o sucesso, transparência e perenidade de seus negócios. A adoção de boas práticas constitui condição essencial para a nossa sustentabilidade e crescimento.

A gestão de risco operacional visa identificar, avaliar e monitorar riscos, sendo definida como o risco de perdas resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou eventos externos. Esta definição inclui risco legal, mas exclui risco estratégico e reputacional.

Os eventos de risco operacional podem ser classificados:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

Para as atividades de pagamento, as falhas incluem:

I - falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento;

II - falhas na identificação e autenticação do usuário final em transação de pagamento;

III - falhas na autorização das transações de pagamento; e

IV - falhas na iniciação de transação de pagamento.

O Inter adota o modelo de gestão das três linhas de defesa à luz do porte, modelo de negócio e seu apetite a risco.

Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais, incluindo os riscos tecnológicos e cibernéticos, promove uma cultura organizacional voltada à prevenção e à gestão eficaz de riscos. Esta abordagem contempla tanto uma visão prospectiva para antecipação de riscos futuros quanto uma perspectiva histórica para análise de tendências e padrões de perdas.

Estes procedimentos são respaldados por ferramenta de mercado, melhores práticas baseadas em frameworks internacionais, RAS (Declaração de Apetite a Riscos) aprovada pelo Conselho de Administração, bem como em um sistema de controles internos, avaliados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de forma a assegurar o cumprimento dos limites de apetite a riscos definidos pela Companhia.

7. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- Valor justo por meio do resultado (VJR);
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Custo amortizado.

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é classificada em uma das três abordagens baseadas no tipo de informação utilizada para avaliação, conhecidas como níveis de hierarquia do valor justo:

- **Nível 1:** Inclui instrumentos financeiros cujos valores justos baseiam-se em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo mensurado ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento de forma contínua.

- **Nível 2:** Compreende ativos e passivos que não possuem preços diretamente disponíveis em mercados ativos, sendo precificados por modelos convencionais ou internos.

A metodologia utilizada para mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "Nível 2" emprega informações observáveis para o ativo ou passivo a mercado: (i) preços cotados de itens similares em mercado ativo; (ii) itens idênticos em mercado não ativo; ou (iii) outras informações extraídas de mercados relacionados.

- **Nível 3:** Utiliza informações não observáveis para o ativo ou passivo, permitindo a aplicação de modelos e técnicas internas.

A tabela a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros de acordo com a classificação contábil em valor justo por meio do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. Também demonstra os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo. O Inter não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros quando o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

a. VJR (valor justo por meio do resultado) - Níveis de hierarquia

31/12/2025				
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Títulos emitidos por instituições financeiras	—	672.512	—	672.512
Cotas de fundos de investimentos	258.626	280.559	—	539.185
Títulos públicos brasileiros	485.596	—	—	485.596
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	297.752	—	297.752
Títulos emitidos no exterior	29.148	—	—	29.148
Instrumentos financeiros derivativos	—	58.915	—	58.915
Total	773.370	1.309.738	—	2.083.108
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	—	54.114	—	54.114
Total	—	54.114	—	54.114

31/12/2024				
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Títulos emitidos por instituições financeiras	15.987	374.000	—	389.987
Cotas de fundos de investimentos	199.891	93.322	—	293.213
Títulos públicos brasileiros	432.316	32.081	—	464.397
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	226.237	—	226.237
Instrumentos financeiros derivativos	—	563	—	563
Total	648.194	726.203	—	1.374.397
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	—	70.048	—	70.048
Total	—	70.048	—	70.048

b. VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - Níveis de hierarquia

31/12/2025				
Instrumentos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	20.298.248	—	—	20.298.248
Títulos emitidos no exterior	993.494	2.741.439	—	3.734.933
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	581.390	—	581.390
Títulos emitidos por instituições financeiras	—	107.671	—	107.671
Total	21.291.742	3.430.500	—	24.722.242

31/12/2024				
Instrumentos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	16.183.821	—	—	16.183.821
Títulos emitidos no exterior	229.204	3.600.898	—	3.830.102
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	33.880	—	33.880
Aplicação em cotas de fundos	—	706.022	—	706.022
Títulos emitidos por instituições financeiras	—	158.713	—	158.713
Total	16.413.025	4.499.513	—	20.912.538

c. Instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo - Níveis de hierarquia

O quadro abaixo demonstra os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros que não são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, além da categorização pelos níveis de hierarquia.

31/12/2025					
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Valor contábil
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisão	—	—	45.007.406	45.007.406	45.251.104
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos de provisão	—	—	4.595.148	4.595.148	4.600.218
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	—	—	—	7.867.658	7.867.658
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	3.801.513	3.801.513
Títulos públicos brasileiros	1.184.277	—	—	1.184.277	1.301.136
Títulos emitidos no exterior	—	405.523	—	405.523	405.523
Cédula de produto rural	—	—	558.471	558.471	557.229
Total	1.184.277	405.523	50.161.025	63.419.996	63.784.381
Passivos financeiros					
Depósitos com clientes	—	54.911.778	—	54.911.778	54.883.084
Depósitos com instituições financeiras	—	14.585.740	—	14.585.740	14.585.704
Títulos emitidos	—	14.174.392	—	14.174.392	14.127.144
Empréstimos e repasses	—	817.495	—	817.495	817.495
Total	—	84.489.405	—	84.489.405	84.413.427
31/12/2024					
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Valor contábil
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisão	—	—	33.078.786	33.078.786	33.327.355
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos de provisão	—	—	6.192.419	6.192.419	6.194.960
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	—	—	—	5.285.402	5.285.402
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	1.108.394	1.108.394
Títulos públicos brasileiros	1.047.312	—	—	1.047.312	1.189.489
Cédula de produto rural	—	—	424.850	424.850	423.690
Total	1.047.312	—	39.696.055	47.137.163	47.529.290
Passivos financeiros					
Depósitos com clientes	—	42.804.543	—	42.804.543	42.803.229
Depósitos com instituições financeiras	—	11.319.577	—	11.319.577	11.319.577
Títulos emitidos	—	9.874.012	—	9.874.012	9.890.219
Empréstimos e repasses	—	128.924	—	128.924	128.924
Total	—	64.127.056	—	64.127.056	64.141.949

Empréstimos e adiantamentos a clientes, Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras e Cédula de produto rural, líquidos de provisão: O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares, líquidos de provisão. É calculado pelo desconto dos fluxos de caixa previstos de principal e juros até o vencimento, utilizando-se taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto, são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e avaliações de risco de crédito associado aos clientes.

Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil e Caixa e equivalentes de caixa: O valor contábil desses instrumentos aproxima-se de seu valor justo.

Títulos públicos brasileiros: Os preços cotados de mercado constituem os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros.

Títulos e Valores Mobiliários e Títulos emitidos no exterior: Os preços cotados de mercado constituem os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros, podendo ser precificados por modelos convencionais ou internos, com insumos obtidos diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos, ou ainda gerados por modelos estatísticos e matemáticos.

Outros Ativos/Passivos Financeiros: Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se significativamente de seus valores justos.

Depósitos com clientes, Depósitos com instituições financeiras e Títulos emitidos: São calculados mediante desconto dos fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração no método de mensuração dos instrumentos financeiros que resultasse em reclassificação de ativos e passivos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de valor justo.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	2.891.189	770.623
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	247.183	212.573
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	663.141	125.198
Total	3.801.513	1.108.394

(a) Refere-se a operações, cujo vencimento, na data da aplicação, era igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Em razão do prazo reduzido e da baixa volatilidade desses instrumentos financeiros, não foi constituída provisão para perdas, uma vez que o risco de crédito é considerado mínimo e não há expectativa de variações significativas no valor de mercado até o vencimento.

9. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a instituições financeiras (a)	4.313.571	5.586.520
Aplicações em depósitos interfinanceiros	267.305	579.720
Repasse interfinanceiros	20.553	33.920
Perda esperada (a)	(1.211)	(5.200)
Total	4.600.218	6.194.960

(a) Refere-se substancialmente à antecipação de recebíveis.

10. Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas

a. Composição dos títulos líquidos de perdas esperadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	12.088.911	10.637.587
Letras do tesouro nacional (LTN)	4.405.497	1.814.818
Notas do tesouro nacional (NTN)	3.803.839	3.731.416
Títulos emitidos no exterior	3.734.933	3.830.102
Nota promissória comercial	562.765	593.027
Certificados de recebíveis imobiliários	69.351	49.853
Certificados de recebíveis agrícolas	38.320	63.141
Debêntures	18.626	33.880
Cotas de fundo de investimento (a)	—	158.714
Subtotal	24.722.242	20.912.538
Custo amortizado		
Notas do tesouro nacional (NTN)	704.788	671.839
Letras do tesouro nacional (LTN)	596.348	517.650
Cédula produto rural	557.229	423.690
Títulos emitidos no exterior	405.523	—
Subtotal	2.263.888	1.613.179
Valor justo por meio do resultado - VJR		
Cotas de fundo de investimento	539.184	293.216
Certificados de recebíveis imobiliários	496.569	227.337
Letras financeiras do tesouro (LFT)	483.983	451.424
Nota promissória comercial	160.728	25.069
Debêntures	137.024	125.192
Certificados de recebíveis agrícolas	122.382	83.368
Títulos emitidos no exterior	29.148	—
Certificados de depósitos bancários	22.619	101.043
Letras financeiras (LF)	18.276	—
Letra de crédito do desenvolvimento	5.625	—
Letras de créditos agrícolas (LCA)	5.535	36.709
Notas do tesouro nacional (NTN)	1.614	28.960
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	1.506	1.516
Subtotal	2.024.193	1.373.834
Total	29.010.323	23.899.551

(a) Classificado anteriormente como VJORA e transferido para VJR no exercício atual. A mudança foi realizada para refletir a estratégia da administração e não houve impacto no resultado em decorrência da transferência.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor de perda esperada dos títulos e valores mobiliários totalizaram R\$ 46.717, sendo: R\$ 28.259 (60,5%) no estágio 1, R\$ 4.981 (10,7%) no estágio 2 e R\$ 13.477 (28,8%) no estágio 3 (Em 31 de dezembro de 2024 o valor a perda esperada totalizou R\$ 53.770, sendo: R\$ 30.487 (56,7%) no estágio 1, R\$ 11.297 (21,0%) no estágio 2 e R\$ 11.986 (22,3%) no estágio 3).

A Inter&Co classifica R\$ 27.066.513 (93,3%) da carteira como de baixo risco de crédito, principalmente devido à predominância de Títulos Públicos Federais (Brasil). Por essa razão, não são constituídas provisões para perda de crédito esperada sobre essa parcela (Em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 21.667.810 (92,7%)).

Os R\$ 1.952.810 restantes (6,7%) da carteira correspondem a ativos que possuem risco de crédito inerente, e por isso estão sujeitos à avaliação para constituição de provisões (Em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 1.698.105 (7,3%)).

Os Títulos e Valores Mobiliários com risco de crédito estão classificados em: R\$ 2.124.821 (77,1%) no estágio 1, R\$ 75.862 (2,8%) no estágio 2 e R\$ 17.956 (0,7%) no estágio 3 (Em 31 de dezembro de 2024 foram classificados: R\$ 1.618.185 (6,9%) no estágio 1, R\$ 54.986 (0,2%) no estágio 2 e R\$ 24.934 (0,1%) no estágio 3).

b. Detalhamento do valor contábil dos títulos por vencimento, líquidos de perdas

	31/12/2025					Saldo Contábil
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	1.001.238	3.226.917	8.905.899	4.130.580	7.457.608	24.722.242
Letras financeiras do tesouro (LFT)	7.053	17.979	5.560.970	1.766.182	4.736.727	12.088.911
Letras do tesouro nacional (LTN)	—	426.846	1.052.186	934.293	1.992.172	4.405.497
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	2.045	1.963.930	1.297.121	540.743	3.803.839
Títulos emitidos no exterior	992.815	2.742.118	—	—	—	3.734.933
Nota promissória comercial	488	—	297.608	104.056	160.613	562.765
Certificados de recebíveis imobiliários	220	32.543	19.344	5.589	11.655	69.351
Certificados de recebíveis agrícolas	446	568	11.568	10.040	15.698	38.320
Debêntures	216	4.818	293	13.299	—	18.626
Custo amortizado	93.279	222.697	1.323.217	624.695	—	2.263.888
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	185.700	519.088	—	704.788
Letras do tesouro nacional (LTN)	—	—	540.540	55.808	—	596.348
Cédula produto rural	93.279	222.697	191.454	49.799	—	557.229
Títulos emitidos no exterior	—	—	405.523	—	—	405.523
Valor justo por meio do resultado - VJR	618.372	173.717	574.396	387.007	270.701	2.024.193
Cotas de fundo de investimento	539.184	—	—	—	—	539.184
Certificados de recebíveis imobiliários	35	151.933	55.605	138.836	150.160	496.569
Letras financeiras do tesouro (LFT)	43.260	543	388.952	51.228	—	483.983
Nota promissória comercial	—	—	25.081	135.647	—	160.728
Debêntures	124	1.869	45.150	25.035	64.846	137.024
Certificados de recebíveis agrícolas	264	2.618	40.987	30.395	48.118	122.382
Títulos emitidos no exterior	29.148	—	—	—	—	29.148
Certificados de depósitos bancários	5.405	11.467	5.057	448	242	22.619
Letras financeiras (LF)	—	2.907	9.465	—	5.904	18.276
Letra de crédito do desenvolvimento	—	289	—	5.336	—	5.625
Letras de créditos agrícolas (LCA)	323	1.215	3.990	7	—	5.535
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	32	76	75	1.431	1.614
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	629	844	33	—	—	1.506
Total	1.712.889	3.623.331	10.803.512	5.142.282	7.728.309	29.010.323

	31/12/2024					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo Contábil
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	906.003	3.694.441	2.912.511	8.559.626	4.839.957	20.912.538
Letras financeiras do tesouro (LFT)	—	—	1.031.372	7.612.413	1.993.802	10.637.587
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	451.864	—	744.217	343.973	274.764	1.814.818
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	168.034	1.005.067	404.732	2.153.583	3.731.416
Títulos emitidos no exterior	431.417	3.398.685	—	—	—	3.830.102
Nota promissória comercial	—	122.555	100.993	117.240	252.239	593.027
Certificados de recebíveis imobiliários	11.320	—	—	6.075	32.458	49.853
Certificados de recebíveis agrícolas	10.298	—	23.476	29.367	—	63.141
Debêntures	1.104	5.167	135	14.777	12.697	33.880
Cotas de fundo de investimento	—	—	7.251	31.049	120.414	158.714
Custo amortizado	—	159.232	719.935	62.173	671.839	1.613.179
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	—	—	671.839	671.839
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	—	—	469.309	48.341	—	517.650
Cédula produto rural	—	159.232	250.626	13.832	—	423.690
Valor justo por meio do resultado - VJR	362.169	257.234	314.459	124.766	315.206	1.373.834
Cotas de fundo de investimento	288.707	—	4.509	—	—	293.216
Certificados de recebíveis imobiliários	154	35	10.906	36.137	180.105	227.337
Letras financeiras do tesouro (LFT)	21.622	219.135	194.586	10.977	5.104	451.424
Nota promissória comercial	—	—	—	25.069	—	25.069
Debêntures	27.854	168	9.176	11.604	76.390	125.192
Certificados de recebíveis agrícolas	32	61	19.374	40.533	23.368	83.368
Certificados de depósitos bancários	23.002	7.759	68.489	412	1.381	101.043
Letras de créditos agrícolas (LCA)	642	28.808	7.192	34	33	36.709
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	135	—	28.825	28.960
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	156	1.268	92	—	—	1.516
Total	1.268.172	4.110.907	3.946.905	8.746.565	5.827.002	23.899.551

11. Instrumentos financeiros derivativos

A política contábil sobre Derivativos está apresentada na Nota 4 item e.

A Inter&Co realiza operações com derivativos, com o objetivo de atender às suas próprias necessidades e às de seus clientes, visando reduzir a exposição a riscos de mercado, variação cambial e flutuações nas taxas de juros.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como contratos a termo, futuros, swaps, opções e derivativos de crédito.

Contratos a termo: São negociados em mercado de balcão, onde ocorre a compra ou venda de instrumentos financeiros ou não financeiros em uma data futura específica, a um preço previamente acordado.

O objetivo principal da utilização dos contratos a termo foram feitos para mitigar os riscos de mercado decorrente de exposição do Inter e para atender demandas de clientes. Os contratos a termo consideram a compra ou venda de determinado ativo com base em um preço previamente acordado, com liquidação em data futura.

Contratos futuros: São contratos padronizados, negociados na bolsa de valores, que estabelecem a compra ou venda de instrumentos financeiros ou não financeiros em uma data futura, a um preço fixo.

O objetivo do Grupo ao utilizar contratos futuros é mitigar: (i) os riscos decorrentes das exposições vinculadas à taxa de câmbio, incluindo de investimentos no exterior; e (ii) os riscos decorrentes do descasamento das taxas de juros das posições ativas e das taxas de captação.

Contratos de swap: São contratos que envolvem a troca de fluxos de caixa ou rentabilidades entre duas partes, durante um período determinado, com base em diferentes indexadores (como taxas de juros, câmbio ou preços de commodities).

Os swaps foram realizados com a finalidade de mitigar o risco de mercado associado ao descasamento entre os indexadores da carteira de crédito imobiliário e os indexadores da carteira de captação. Em 31 de dezembro de 2024, o Inter possuía contratos passivos em IGP-M, com depósito de margem de garantia e reconhecidos pelo seu valor justo no resultado do exercício.

Contratos de opções: São contratos que concedem ao adquirente, através do pagamento de um prêmio, o direito de adquirir ou vender ativos/passivos financeiros ou não financeiros, a um valor determinado durante um período estabelecido.

a. Instrumentos financeiros derivativos - valor justo

	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Swap (ajustes a receber/a pagar)	286	—	1.209	5.463
Opções (prêmios recebidos/pagos)	11	—	8	—
Contratos Futuros (ajustes a receber/a pagar)	54.575	35	3.824	46
Contratos a Termo (ajustes a receber/a pagar)	4.043	528	49.073	64.539
Total	58.915	563	54.114	70.048

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

b. Instrumentos financeiros derivativos - (valor de referência, indexador e prazo)

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de Swap	—	37.141	13.244	5.950	—	56.335	13.500
Mercado Interfinanceiro	—	31.639	—	—	—	31.639	—
Moeda Estrangeira	—	—	13.244	5.950	—	19.194	—
Pré (CDS)	—	5.502	—	—	—	5.502	—
IGP-M	—	—	—	—	—	—	13.500
Posições de Compra	536.502	143.869	27.507	20.813	8.872	737.563	2.719.142
Contratos Opções	1.769	213	—	—	—	1.982	—
Opções de Venda (IDI)	1.769	213	—	—	—	1.982	—
Contratos Futuros	396.482	22.726	27.507	20.813	8.872	476.400	2.718.614
Cupom Cambial	108.517	20.915	—	—	—	129.432	—
Moeda Estrangeira	44.065	—	—	—	—	44.065	—
Mercado Interfinanceiro	243.900	1.811	27.507	20.813	8.872	302.903	2.701.201
Cupom IPCA	—	—	—	—	—	—	17.413
Contratos a Termo	138.251	120.930	—	—	—	259.181	528
Moeda Estrangeira	138.251	120.930	—	—	—	259.181	528
Posições de Venda	4.973.575	1.630.690	3.971.214	2.713.251	2.896.530	16.185.260	12.507.888
Contratos opções	1.677	193	—	—	—	1.870	—
Compra Opção de Venda (IDI)	1.677	193	—	—	—	1.870	—
Contratos Futuros	3.980.981	1.558.848	3.971.214	2.713.251	2.896.530	15.120.824	11.319.949
Cupom Cambial	265.706	42.792	25.835	—	—	334.333	57.427
Moeda Estrangeira	2.793.673	—	—	—	—	2.793.673	1.562.698
Mercado Interfinanceiro	297.499	779.287	1.397.614	789.491	821.846	4.085.737	5.822.421
Cupom IPCA	624.103	736.769	2.547.765	1.923.760	2.074.684	7.907.081	3.877.403
Contratos a Termo	990.917	71.649	—	—	—	1.062.566	1.187.939
Moeda Estrangeira	990.917	71.649	—	—	—	1.062.566	1.187.939
Total	5.510.077	1.811.700	4.011.965	2.740.014	2.905.402	16.979.158	15.240.530

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

O valor das margens dadas em garantia foi de R\$ 3.204.286 (R\$ 1.967.701 em 31/12/2024), composto basicamente por títulos públicos.

d. Hedge contábil - exposição

A política contábil sobre Hedge Contábil está apresentada na nota explicativa 4.

A Inter&Co possui estratégia de gerenciamento de risco por meio de operações de *hedge*, visando mitigar a exposição à taxa de juros, variação cambial e fluxos de caixa. Para refletir de maneira mais adequada o resultado econômico dessas estratégias nos demonstrativos financeiros, os resultados são apresentados a partir de uma abordagem de *hedge accounting*, realizada em conformidade com a estratégia e propósito da estrutura, podendo ser: (i) *Hedge* de Fluxo de Caixa (*Cash Flow Hedge*), (ii) *Hedge* a Valor Justo (*Fair Value Hedge*), e (iii) *Hedge* de Investimento no Exterior.

Neste contexto, parte do resultado da estrutura pode ser reconhecida diretamente na demonstração do resultado ou nos Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquidos de efeitos tributários, sendo transferidos para a demonstração do resultado em caso de inefetividade ou liquidação da estrutura de *hedge*.

i. *Hedge de fluxo de caixa (Cash Flow Hedge)*

Estratégia	Instrumentos de Hedge (b)			Objeto de Hedge (b)	
	Valor nominal	Valor justo (saldos patrimoniais)	Variação no valor utilizado para calcular inefetividade	Valor nominal	Variação no valor justo utilizado para calcular inefetividade
Em 31 de dezembro de 2025	954.085	(47.268)	(52.167)	992.815	52.517
Títulos emitidos no exterior (a)	954.085	(47.268)	(52.167)	992.815	52.517
Em 31 de dezembro de 2024	1.247.403	(64.539)	(64.824)	1.166.742	65.585
Títulos emitidos no exterior (a)	1.247.403	(64.539)	(64.824)	1.166.742	65.585

(a) O instrumento de *hedge* utilizado são NDF's. O objeto de hedge são títulos públicos emitidos no exterior, considerados de baixo risco, com prazos variados e sem pagamento de juros periódicos; e

(b) O objeto está sendo apresentado na rubrica títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas, o instrumento está sendo apresentando na rubrica instrumentos financeiros derivativos do balanço patrimonial. O efeito do resultado está demonstrado na rubrica do resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio, na demonstração do resultado consolidado.

O Banco Inter fez uma operação de *hedge cash flow* para pagamento de fornecedor que iniciou 31/01/2025 e liquidou em 31/12/2025. O resultado bruto dessa operação foi de R\$ 2.130 em 2025, e R\$ 1.171 líquido de impostos.

ii. *Hedge a valor justo (Fair value Hedge)*

Abaixo, apresentamos os efeitos da contabilização da cobertura sobre a posição financeira e o desempenho da Inter&Co:

Estratégia	Instrumentos de Hedge (c)			Objeto de Hedge (c)	
	Valor nominal	Valor justo (saldos patrimoniais)	Ajuste a valor justo bruto registrado no resultado	Valor nominal	Ajuste a valor justo bruto registrado no resultado
Em 31 de dezembro de 2025	10.550.092	3.103	(182.666)	10.549.957	185.229
Hedge de operações de crédito (a)	2.936.800	(658)	(140.971)	2.936.665	139.973
Hedge de operações de crédito imobiliário (b)	7.613.292	3.761	(41.695)	7.613.292	45.256
Em 31 de dezembro de 2024	6.641.295	18.190	563.288	6.546.418	(575.411)
Hedge de operações de crédito (a)	3.218.086	9.218	343.477	3.165.012	(352.122)
Hedge de operações de crédito imobiliário (b)	3.423.209	8.972	219.811	3.381.406	(223.289)

(a) O instrumento de hedge utilizado é a Taxa DI Futuro. O objeto do hedge abrange as carteiras de empréstimos, incluindo antecipação de saque do FGTS e crédito consignado;

(b) O instrumento de hedge utilizado é o DAP e SWAP. O objeto de hedge abrange a carteira de crédito imobiliário; e

(c) O objeto está sendo apresentado na rubrica empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas, o instrumento está sendo apresentando na rubrica instrumentos financeiros derivativos do balanço patrimonial. O efeito do resultado está demonstrado na rubrica do resultado líquido de juros e derivativos, na demonstração do resultado consolidado.

iii. Hedge de investimento no exterior

Estratégia	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	
	Valor nominal	Valor justo (saldos patrimoniais)	Ajuste a valor justo bruto registrado no resultado	Valor nominal	Ajuste a valor justo bruto registrado no resultado
Em 31 de dezembro de 2025	1.208.839	18.426	134.565	1.205.001	(132.360)
Investimento no exterior (a)	1.208.839	18.426	134.565	1.205.001	(132.360)
Em 31 de dezembro de 2024	1.331.593	(3.505)	155.206	1.337.803	(134.597)
Investimento no exterior (a)	1.331.593	(3.505)	155.206	1.337.803	(134.597)

(a) O instrumento de hedge utilizado é o contrato de dólar futuro. O objeto do hedge são os investimentos nas controladas (Cayman, Payments e Inter&Co) no exterior.

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas

a. Composição do saldo

	31/12/2025		31/12/2024	
Cartão de crédito	15.262.178	31,63 %	11.799.890	33,15 %
Imobiliário	16.194.722	33,56 %	11.250.187	31,60 %
Pessoal	12.113.979	25,11 %	8.236.791	23,14 %
Empresas	4.293.595	8,90 %	3.968.591	11,15 %
Rural	386.706	0,80 %	340.834	0,96 %
Total	48.251.180	100,00 %	35.596.293	100,00 %
Perda esperada por redução ao valor recuperável	(3.000.076)		(2.268.938)	
Saldo líquido	45.251.104		33.327.355	

b. Segregação por prazo

	31/12/2025	31/12/2024
Vencidas a partir de 1 dia	5.315.262	3.949.602
A vencer até 3 meses	4.576.699	3.807.585
A vencer de 3 a 12 meses	12.413.149	9.242.130
A vencer acima de um ano	25.946.070	18.596.976
Total	48.251.180	35.596.293

c. Análise da movimentação dos empréstimos e adiantamentos a clientes por estágio

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	10.330.639	(2.059.872)	(4.344)	953.890	11	(3.939.625)	—	7.958.020	13.238.719
Imobiliário	10.196.928	(2.749.864)	(54.611)	1.904.999	27.313	(1.313.109)	—	6.710.051	14.721.707
Pessoal	7.389.879	(896.366)	(81.871)	365.517	306.207	(2.672.050)	—	6.643.332	11.054.648
Empresas	3.887.678	(253.434)	(6.504)	97.848	—	(7.475.653)	—	7.947.542	4.197.477
Rural	340.834	(8.798)	(743)	—	—	(391.678)	—	447.091	386.706
Total	32.145.958	(5.968.334)	(148.073)	3.322.254	333.531	(15.792.115)	—	29.706.036	43.599.257

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	281.503	(953.890)	(1.983.034)	2.059.872	3.317	(1.867.666)	—	3.052.606	592.708
Imobiliário	835.131	(1.904.999)	(871.454)	2.749.864	123.379	(108.391)	—	(17.046)	806.484
Pessoal	257.816	(365.517)	(456.076)	896.366	43.127	(149.933)	—	10.205	235.988
Empresas	44.090	(97.848)	(134.442)	253.434	4.805	(9.893)	—	(14.203)	45.943
Rural	—	—	(5.047)	8.798	—	(3.751)	—	—	—
Total	1.418.540	(3.322.254)	(3.450.053)	5.968.334	174.628	(2.139.634)	—	3.031.562	1.681.123

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	1.187.748	(11)	(3.317)	4.344	1.983.034	(410.419)	(1.370.682)	40.054	1.430.751
Imobiliário	218.128	(27.313)	(123.379)	54.611	871.454	(306.416)	(2.876)	(17.678)	666.531
Pessoal	589.096	(306.207)	(43.127)	81.871	456.076	(418.467)	(352.827)	816.928	823.343
Empresas	36.823	—	(4.805)	6.504	134.442	(23.983)	(43.213)	(55.593)	50.175
Rural	—	—	—	743	5.047	(5.753)	—	(37)	—
Total	2.031.795	(333.531)	(174.628)	148.073	3.450.053	(1.165.038)	(1.769.598)	783.674	2.970.800

Consolidado	Saldo inicial em 01/01/2025	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	11.799.890	(6.217.710)	(1.370.682)	11.050.680	15.262.178
Imobiliário	11.250.187	(1.727.916)	(2.876)	6.675.327	16.194.722
Pessoal	8.236.791	(3.240.450)	(352.827)	7.470.465	12.113.979
Empresas	3.968.591	(7.509.529)	(43.213)	7.877.746	4.293.595
Rural	340.834	(401.182)	—	447.054	386.706
Total	35.596.293	(19.096.787)	(1.769.598)	33.521.272	48.251.180

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	8.073.708	(1.054.480)	(17)	87.965	5.099	(3.708.957)	—	6.927.321	10.330.639
Imobiliário	7.931.469	(1.668.387)	(756)	995.158	738	(1.315.562)	—	4.254.268	10.196.928
Pessoal	6.533.589	(565.236)	(988)	191.527	162	(2.608.266)	—	3.839.091	7.389.879
Empresas	3.829.413	(151.932)	—	30.545	—	(9.906.660)	—	10.086.312	3.887.678
Rural	738.126	—	—	—	—	(784.809)	—	387.517	340.834
Total	27.106.305	(3.440.035)	(1.761)	1.305.195	5.999	(18.324.254)	—	25.494.509	32.145.958

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	405.996	(87.965)	(2.074.372)	1.054.480	—	(1.335.185)	—	2.318.549	281.503
Imobiliário	515.047	(995.158)	(721.566)	1.668.387	476.245	(92.913)	—	(14.911)	835.131
Pessoal	317.462	(191.527)	(447.409)	565.236	83.657	(554.117)	—	484.514	257.816
Empresas	10.200	(30.545)	(78.128)	151.932	3.787	(8.528)	—	(4.628)	44.090
Rural	3.441	—	(3.463)	—	—	—	—	22	—
Total	1.252.146	(1.305.195)	(3.324.938)	3.440.035	563.689	(1.990.743)	—	2.783.546	1.418.540

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	981.573	(5.099)	—	17	2.074.372	(546.766)	(1.317.366)	1.017	1.187.748
Imobiliário	137.052	(738)	(476.245)	756	721.566	(136.123)	(22.505)	(5.635)	218.128
Pessoal	287.693	(162)	(83.657)	988	447.409	(191.843)	(244.125)	372.793	589.096
Empresas	16.141	—	(3.787)	—	78.128	(1.911)	(16.704)	(35.044)	36.823
Rural	3.391	—	—	—	3.463	—	(6.854)	—	—
Total	1.425.850	(5.999)	(563.689)	1.761	3.324.938	(876.643)	(1.607.554)	333.131	2.031.795

Consolidado	Saldo inicial em 01/01/2024	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	9.461.277	(5.590.908)	(1.317.366)	9.246.887	11.799.890
Imobiliário	8.583.568	(1.544.598)	(22.505)	4.233.722	11.250.187
Pessoal	7.138.744	(3.354.226)	(244.125)	4.696.398	8.236.791
Empresas	3.855.754	(9.917.099)	(16.704)	10.046.640	3.968.591
Rural	744.958	(784.809)	(6.854)	387.539	340.834
Total	29.784.301	(21.191.640)	(1.607.554)	28.611.186	35.596.293

d. Análise da movimentação das perdas esperadas por estágio:

(Consideram perdas esperadas com operações de crédito e compromissos a serem honrados)

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	427.310	(541.770)	(3.264)	145.245	—	—	658.717	686.238
Imobiliário	61.494	(116.289)	(5.621)	18.457	106	—	102.541	60.688
Pessoal	81.172	(184.254)	(53.930)	16.298	25.743	—	272.354	157.383
Empresas	10.640	(17.137)	(1.244)	374	—	—	31.106	23.739
Rural	6.993	(568)	(119)	—	—	—	(1.779)	4.527
Total	587.609	(860.018)	(64.178)	180.374	25.849	—	1.062.939	932.575

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	172.247	(145.245)	(1.497.320)	541.770	2.082	—	1.214.088	287.622
Imobiliário	49.709	(18.457)	(115.991)	116.289	1.307	—	(7.036)	25.821
Pessoal	56.509	(16.298)	(307.041)	184.254	11.683	—	115.083	44.190
Empresas	4.670	(374)	(41.152)	17.137	54	—	23.183	3.518
Rural	—	—	(784)	568	—	—	216	—
Total	283.135	(180.374)	(1.962.288)	860.018	15.126	—	1.345.534	361.151

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	970.797	—	(2.082)	3.264	1.497.320	(1.370.682)	67.626	1.166.243
Imobiliário	66.626	(106)	(1.307)	5.621	115.991	(2.876)	(80.759)	103.190
Pessoal	441.441	(25.743)	(11.683)	53.930	307.041	(352.827)	206.254	618.413
Empresas	17.276	—	(54)	1.244	41.152	(43.213)	6.967	23.372
Rural	(1)	—	—	119	784	—	(903)	(1)
Total	1.496.139	(25.849)	(15.126)	64.178	1.962.288	(1.769.598)	199.185	1.911.217

Consolidado	Saldo inicial em 01/01/2025	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2025
Cartão de crédito	1.570.354	(1.370.682)	1.940.431	2.140.103
Imobiliário	177.829	(2.876)	14.746	189.699
Pessoal	579.122	(352.827)	593.691	819.986
Empresas	32.586	(43.213)	61.256	50.629
Rural	6.992	—	(2.466)	4.526
Total	2.366.883	(1.769.598)	2.607.658	3.204.943

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	408.412	(540.829)	(14)	18.833	625	—	540.283	427.310
Imobiliário	49.930	(147.150)	(129)	26.583	5	—	132.255	61.494
Pessoal	106.635	(153.309)	(278)	5.769	6	—	122.349	81.172
Empresas	12.859	(20.803)	—	188	—	—	18.396	10.640
Rural	11.122	—	—	—	—	—	(4.129)	6.993
Total	588.958	(862.091)	(421)	51.373	636	—	809.154	587.609

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	225.771	(18.833)	(1.461.697)	540.829	—	—	886.177	172.247
Imobiliário	39.710	(26.583)	(141.662)	147.150	34.980	—	(3.886)	49.709
Pessoal	89.687	(5.769)	(313.309)	153.309	10.325	—	122.266	56.509
Empresas	789	(188)	(20.153)	20.803	295	—	3.124	4.670
Rural	947	—	(1.661)	—	—	—	714	—
Total	356.904	(51.373)	(1.938.482)	862.091	45.600	—	1.008.395	283.135

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	708.986	(625)	—	14	1.461.697	(1.317.366)	118.091	970.797
Imobiliário	44.092	(5)	(34.980)	129	141.662	(22.505)	(61.767)	66.626
Pessoal	208.043	(6)	(10.325)	278	313.309	(244.125)	174.267	441.441
Empresas	6.231	—	(295)	—	20.153	(16.704)	7.891	17.276
Rural	1.628	—	—	—	1.661	(6.854)	3.564	(1)
Total	968.980	(636)	(45.600)	421	1.938.482	(1.607.554)	242.046	1.496.139

Consolidado	Saldo inicial em 01/01/2024	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	1.343.169	(1.317.366)	1.544.551	1.570.354
Imobiliário	133.732	(22.505)	66.602	177.829
Pessoal	404.365	(244.125)	418.882	579.122
Empresas	19.879	(16.704)	29.411	32.586
Rural	13.697	(6.854)	149	6.992
Total	1.914.842	(1.607.554)	2.059.595	2.366.883

13. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Vida útil estimada	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Móveis e equipamentos	10% - 20%	301.451	(85.165)	216.286	240.957	(28.659)	212.298
Direito de uso	4% - 10%	145.504	(39.018)	106.486	110.823	(9.796)	101.027
Edificações	4%	53.680	(19.028)	34.652	50.359	(15.175)	35.184
Sistemas de processamento de dados	20%	34.400	(14.773)	19.627	30.461	(13.608)	16.853
Imobilizado em andamento		4.353	—	4.353	4.580	—	4.580
Total		539.388	(157.984)	381.404	437.180	(67.238)	369.942

b. Movimentação do imobilizado

	Móveis e equipamentos	Direito de uso	Edificações	Sistemas de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	212.298	101.027	35.184	16.853	4.580	369.942
Adição	63.553	31.785	1.779	4.874	1.408	103.399
Baixa	(974)	(3.275)	(74)	(935)	(19)	(5.277)
Atualizações	—	6.170	—	—	—	6.170
Depreciação	(56.506)	(29.221)	(3.853)	(1.165)	—	(90.745)
Efeito da variação cambial	(2.085)	—	—	—	—	(2.085)
Transferências	—	—	1.616	—	(1.616)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	216.286	106.486	34.652	19.627	4.353	381.404
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.138	108.680	28.166	3.542	2.020	167.546
Adição	49.162	1.813	9.489	13.555	2.515	76.534
Baixa	(3.263)	(14.303)	—	—	—	(17.566)
Atualizações	—	5.440	—	—	—	5.440
Depreciação	(16.500)	(603)	(4.279)	(244)	—	(21.626)
Efeito da variação cambial	3.622	—	—	—	—	3.622
Combinação de negócios	154.139	—	1.808	—	45	155.992
Saldo em 31 de dezembro de 2024	212.298	101.027	35.184	16.853	4.580	369.942

14. Intangível

a. Composição do intangível

	Vida útil estimada	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		785.577	—	785.577	798.275	—	798.275
Intangível em andamento		499.531	—	499.531	460.783	—	460.783
Custos de desenvolvimento	20%	806.722	(326.937)	479.785	530.228	(204.850)	325.378
Direito de uso	17%	763.978	(509.195)	254.783	628.654	(381.765)	246.889
Carteira de clientes	20%	13.965	(9.702)	4.263	13.965	(9.237)	4.728
Total		2.869.773	(845.834)	2.023.939	2.431.905	(595.852)	1.836.053

b. Movimentação do intangível

	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Intangível em andamento	Custos de Desenvolvimento	Direito de Uso	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	798.275	460.783	325.378	246.889	4.728	1.836.053
Adição	—	317.238	37	143.219	—	460.494
Baixa	(12.036)	(1.434)	(599)	(7.895)	—	(21.964)
Transferências	—	(277.056)	277.056	—	—	—
Amortização	—	—	(122.087)	(127.430)	(465)	(249.982)
Efeito da variação cambial	(662)	—	—	—	—	(662)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	785.577	499.531	479.785	254.783	4.263	2.023.939
Saldo em 31 de dezembro de 2023	635.735	288.045	241.711	173.217	6.596	1.345.304
Adição	—	310.570	17.117	99.996	—	427.683
Baixa	—	(7.269)	—	(120)	—	(7.389)
Transferências	—	(146.777)	152.293	(5.516)	—	—
Amortização	—	—	(85.743)	(97.772)	(1.868)	(185.383)
Combinação de negócios	162.540	16.214	—	77.084	—	255.838
Saldo em 31 de dezembro de 2024	798.275	460.783	325.378	246.889	4.728	1.836.053

15. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Financeiros	651.808	513.080
Comissões e bonificações a receber (a)	287.904	211.871
Prêmio ou desconto em operação de transferência de ativos financeiros	201.813	216.790
Adiantamento sobre contrato de câmbio	113.625	1.226
Valores a receber de venda de Investimentos	48.466	83.194
Não Financeiros	2.798.533	1.973.065
Impostos e contribuições a compensar	911.323	630.457
Despesas antecipadas (b)	510.205	505.127
Propriedades para investimento (c)	280.406	—
Devedores diversos (d)	164.096	267.636
Serviços prestados a faturar	125.012	115.243
Ativos não financeiros mantidos para venda	41.190	54.582
Adiantamentos a terceiros	32.727	23.369
Liquidação antecipada de operações de crédito	9.846	4.039
Liquidações pendentes (e)	7.293	49.342
Outros	716.435	323.270
Total	3.450.341	2.486.145

(a) Refere-se, principalmente, ao bônus a receber dos contratos comerciais firmados com a Mastercard, Liberty e Sompó;

(b) Trata-se substancialmente de custo de aquisição de clientes da conta digital e despesas de portabilidade a apropriar;

(c) As propriedades para investimento referem-se a ativos de fundos de investimentos cujo objetivo é a comercialização de cotas de participações para clientes. Esses imóveis foram adquiridos em 19/08/2025 pelo Inter Oportunidade Imobiliária Fundo de Investimento, pelo valor total de R\$ 261.000. A entidade adotou o modelo de valor justo para mensuração, conforme permitido pela Norma Internacional de Contabilidade IAS 40 – Propriedade para Investimento. O valor justo foi apurado e registrado em dezembro de 2025, com base em evidências de mercado obtidas por meio de avaliação conduzida por profissionais independentes e qualificados, resultando no montante de R\$ 280.406 (nota explicativa nº 4). O resultado da avaliação está sendo divulgado na nota explicativa nº 25 e a receita dos aluguéis no montante de R\$ 4.929 está sendo divulgada na nota explicativa nº 27;

(d) Refere-se, principalmente, a valores de portabilidade a processar, valores a processar de cartões de crédito, negociação e intermediação de valores e devedores por depósito judicial; e

(e) Liquidações pendentes: refere-se, principalmente a saldos de liquidação a receber da B3.

16. Depósitos com clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à prazo	51.292.542	39.228.575
Depósitos de poupança	1.599.609	1.883.432
Depósitos à vista	1.376.606	1.415.427
Credores por recursos a liberar	614.327	275.795
Total	54.883.084	42.803.229

17. Depósitos com instituições financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações com redes de cartão de crédito	11.373.973	8.956.528
Obrigações por operações compromissadas	3.023.399	1.725.852
Outros	188.332	637.197
Total	14.585.704	11.319.577

18. Títulos emitidos

	31/12/2025	31/12/2024
Letras de crédito imobiliário	11.163.760	9.182.632
Letras financeiras	1.245.287	185.017
Letra de crédito imobiliária garantida	1.194.836	337.952
Letras de crédito do agronegócio	523.261	184.618
Total	14.127.144	9.890.219

19. Empréstimos e repasses

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações por empréstimos no exterior (a)	607.343	—
Obrigações por repasse - Tesouro Funcafé (b)	169.267	104.400
Outros	40.885	24.524
Total	817.495	128.924

(a) Empréstimos captados entre Jan/25 e Dez/25 (com taxas entre 5,6 % e 5,9% a.a.); e

(b) Referem-se a operações de crédito rural com Funcafé (com taxas entre 13,0 e 14,5% a.a.).

20. Impostos correntes

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	675.438	462.501
PIS/COFINS	65.455	46.627
INSS/FGTS	32.510	23.070
Outros	42.124	42.231
Total	815.527	574.429

21. Provisões e passivos contingentes

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão sobre compromissos de empréstimo (a)	204.867	97.945
Provisão para contingências	55.463	53.792
Provisão sobre garantias financeiras	5.125	3.525
Total	265.455	155.262

(a) Para seus ativos financeiros, a Instituição estabelece perdas esperadas que abrangem o montante utilizado e o não utilizado dos compromissos de empréstimo. Caso essas perdas de crédito esperadas ultrapassem o valor contábil bruto do ativo, o montante excedente será provisionado.

a. Provisões para contingências

As pessoas jurídicas do Grupo, no curso normal de suas atividades, são partes em processos judiciais de natureza fiscal (tributários e previdenciários), trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando em consideração as leis vigentes, a regulamentação aplicável, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade dos casos, a jurisprudência, a experiência pregressa e outros critérios relevantes, de modo a possibilitar a estimativa mais adequada possível.

i. Processos trabalhistas

Tratam-se de ações judiciais cujo objetivo é a obtenção de indenizações de natureza trabalhista. Os valores provisionados referem-se, em sua maioria, a processos que discutem eventuais direitos trabalhistas, como reivindicações por horas extras e equiparação salarial. Na Inter&Co, a metodologia utilizada para o provisionamento dessas contingências fundamenta-se no cálculo do ticket médio das ações trabalhistas encerradas, considerando o valor total dos processos finalizados dividido pelo montante efetivamente desembolsado nos últimos 36 meses.

ii. Processos cíveis

Compreendem demandas que visam, predominantemente, indenizações por danos materiais e morais relacionados aos produtos e serviços do Grupo, incluindo ações declaratórias e reparatórias, questões referentes à observância de limites para descontos em folha de pagamento de mutuários, solicitações de apresentação de documentos e ações revisionais de contratos. A metodologia de provisionamento adotada pela Inter&Co para essas contingências baseia-se no cálculo do ticket médio dos processos cíveis finalizados, obtido através da divisão entre o valor total das ações encerradas e o montante efetivamente pago nos últimos 24 meses.

Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.924	39.868	53.792
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	6.423	49.616	56.039
Pagamentos	(6.693)	(47.675)	(54.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.654	41.809	55.463
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.982	33.386	39.368
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	5.494	38.862	44.356
Pagamentos	(2.919)	(32.720)	(35.639)
Combinação de negócios (a)	5.367	340	5.707
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.924	39.868	53.792

(a) Como parte da aquisição da Inter Pag Instituição de Pagamento S.A (antiga Granito), a Inter&Co reconheceu uma provisão trabalhista de R\$ 5.367 e cível de R\$ 340.

b. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

Os principais processos com essa classificação são:

i. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL

Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em risco da ação totaliza R\$ 32.147 (31 de dezembro de 2024: R\$ 30.312), enquanto o valor total da ação corresponde a R\$ 67.145 (31 de dezembro de 2024: R\$ 63.301).

ii. COFINS

O Inter está discutindo autuações de COFINS do período de 1999 a 2014.

Antes da publicação da Lei nº 12.973/14, que modificou o entendimento sobre a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo da COFINS, discutia-se a ampliação da base de cálculo da referida contribuição promovida pelo §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 2005, o Inter obteve trânsito em julgado favorável de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal que assegurou o direito da instituição financeira de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total que incluiria as receitas financeiras.

Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006. Posteriormente, a Receita Federal questionou os procedimentos adotados pelo Inter, aplicando o entendimento de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo da COFINS.

Após a publicação da Lei 12.973/14, o Inter modificou seus procedimentos para incluir as receitas financeiras na base de cálculo da COFINS, de forma que os fatos geradores envolvidos nas discussões do Inter são todos anteriores à lei.

Atualmente, discute-se a aplicação de coisa julgada material em ação judicial própria que assegurou o direito do Inter de não recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, de forma que o julgamento do Supremo Tribunal Federal no Tema 372 não afeta diretamente as discussões do Inter. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em risco da ação totaliza R\$ 73.000 (31 de dezembro de 2024: R\$ 68.738), enquanto o valor total da ação corresponde a R\$ 163.268 (31 de dezembro de 2024: R\$ 153.760).

22. Outros passivos

a. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos a processar (a)	1.965.076	1.896.283
Provisões sociais e estatutárias	229.465	206.392
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 22.b)	118.550	113.690
Liquidações pendentes (b)	108.383	50.202
Outras obrigações	207.636	116.365
Total	2.629.110	2.382.932

- (a) O saldo é composto substancialmente por: (i) parcelas de operações de crédito a transferir; (ii) ordens de pagamento a liquidar; (iii) fornecedores a pagar; e (iv) taxas a pagar; e
- (b) Referem-se a operações de clientes destinadas à realização de negócios com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, que serão liquidadas em um prazo máximo de D+5.

b. Passivo financeiro de arrendamento

Abaixo demonstramos as movimentações de passivos de arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	113.690
Novos contratos	1.223
Pagamentos	(34.872)
Apropriação de encargos financeiros	38.509
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	118.550
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120.395
Novos contratos	1.813
Pagamentos	(36.993)
Apropriação de encargos financeiros	28.475
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	113.690

c. Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, está dividido da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	4.633	1.011
Entre 1 e 5 anos	113.917	10.584
Acima de 5 anos	—	102.095
Total	118.550	113.690

23. Patrimônio Líquido

a. Composição do capital social - Quantidade de ações

Data	Classe A	Classe B	Total
31/12/2025	324.284.558	117.037.105	441.321.663
31/12/2024	322.664.816	117.037.105	439.701.921

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado da Inter & Co, Inc., é de US\$50.000, dividido em 20.000.000.000 ações com valor nominal de US\$0,0000025 cada, sendo (i) 10.000.000.000 ações ordinárias classe A, (ii) 5.000.000.000 ações ordinárias classe B e (iii) 5.000.000.000 independente da classe, com direitos designados pelo Conselho de Administração da Companhia independentemente da classe. O capital social integralizado da Inter & Co, Inc., é de R\$ 13 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$ 13).

Em 16 de janeiro de 2024, a Inter&Co anunciou o início da oferta pública de 36.800.000 (trinta e seis milhões e oitocentos mil) de ações ordinárias classe A. A oferta foi precificada em 18 de janeiro de 2024 a US\$ 4,40 (R\$ 21,74) por ação e a liquidação final da oferta ocorreu em 20 de fevereiro de 2024, resultando numa captação bruta de R\$ 823.036 e um custo de emissão de títulos patrimoniais de R\$ 38.768. Esse movimento está classificado em reservas de capital.

Em 2025, foram emitidas um total de 1.619.742 novas ações ordinárias Classe A, destinadas aos beneficiários de nossos planos de incentivos.

b. Reservas

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das reservas totalizou R\$ 10.971.176 (31 de dezembro de 2024: R\$ 9.793.992).

c. Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2025, a Inter&Co, Inc. possui outros resultados abrangentes acumulados no patrimônio líquido de R\$ (801.600) (31 de dezembro de 2024: R\$ (898.830)), montante composto pelo valor líquido de ativos financeiros avaliados ao VJORA, resultados em operações de *hedge* de fluxo de caixa, ajuste de variação cambial de controlada no exterior e os respectivos efeitos de impostos.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 26 de fevereiro de 2025, a Inter&Co Inc., realizou pagamento de dividendos aos seus acionistas, em um montante que totalizou R\$ 203.593. No decorrer de 2025, foi distribuído aos acionistas não controladores o montante de R\$ 40.103.

e. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido de controladores	1.312.390	907.132
Número médio ponderado de ações	440.227.707	435.927.486
Lucro por ação básico (R\$)	2,98	2,08
Lucro por ação diluído (R\$)	2,96	2,07

O lucro por ação básico e diluído, são apresentados com base nas duas classes de ações, A e B, e são calculados pela divisão do resultado líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação nos períodos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Inter & Co reportou efeitos diluidores para fins de cálculo do lucro por ação diluído. Esses efeitos foram decorrentes das ações concedidas dos planos de pagamentos baseados em ações, com quantidade média ponderada de 3.744.730 (31 de dezembro de 2024: 3.048.026)

f. Participação de acionistas não controladores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de participação de acionistas não controladores é R\$ 223.373 (31 de dezembro de 2024: R\$ 177.132).

g. Reservas reflexas

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva reflexa é de R\$ 56.708 (31 de dezembro de 2024: R\$ 43.074). A reserva reflexa é composta principalmente por pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais do Banco Inter.

h. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, não havia ações em tesouraria.

24. Resultado líquido de juros

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de juros		
Crédito pessoal	2.447.331	1.040.255
Cartão de crédito	1.997.184	1.478.234
Crédito imobiliário	1.889.846	1.080.761
Antecipações de recebíveis	791.786	418.724
Crédito empresas	571.431	567.088
Aplicações interfinanceiras	379.823	338.955
Outros	561.076	215.196
Total	8.638.477	5.139.213
Despesas de juros		
Depósitos a prazo	(3.736.253)	(1.994.191)
Captação de mercado aberto	(1.933.456)	(1.044.916)
Outros	(307.418)	(272.531)
Total	(5.977.127)	(3.311.638)

A receita de juros apresentada acima é calculada utilizando o método de juros efetivos.

25. Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.331.154	2.007.869
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.802.117	1.671.056
Valor justo por meio do resultado	512.996	298.832
Custo amortizado	16.041	37.981
Resultado de Derivativos	145.044	546.713
À termo	(74.536)	40.987
Futuro e swap (a)	219.580	505.726
Resultado de operações de câmbio e variação cambial	136.271	74.588
Total	3.612.469	2.629.170

(a) Os ajustes a mercado do objeto de *hedge* compensam os efeitos do resultado de derivativos de *hedge accounting*.

26. Receitas líquidas de serviços e comissões

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de intercâmbio	1.349.906	1.131.024
Tarifas de comissão e corretagem	831.142	785.976
Administração de fundos e taxas de investimentos	157.144	124.128
Tarifas bancárias e operações de crédito	48.181	108.135
Outros	60.333	90.813
Inter Rewards (a)	(165.404)	(126.234)
Despesas de cashback (b)	(273.207)	(360.562)
Total	2.008.095	1.753.280

(a) Trata-se de um programa de fidelidade e recompensas oferecido pelo Banco Inter. Por meio desse programa, os clientes do Banco Inter acumulam pontos em suas transações e operações financeiras e podem trocá-los por benefícios, descontos, produtos ou serviços; e

(b) Referem-se a valores pagos a clientes como incentivo à compra ou uso de produtos.

27. Outras receitas

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com rede de cartões	156.717	81.740
Receitas de performance (a)	41.574	73.650
Receita de mercadorias	26.293	24.245
Ganhos/(Perdas) de capital	(23.547)	55.538
Outras	100.189	153.936
Total	301.226	333.571

(a) Consiste substancialmente do resultado do acordo comercial entre o Inter junto a B3, Liberty e Sompó, que oferecem bônus de performance à medida que metas acordadas são alcançadas.

28. Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas por ajuste ao valor de recuperação de empréstimos e adiantamento a clientes	(2.607.658)	(2.059.595)
Recuperação de créditos baixados	209.644	282.160
Outros	(18.339)	(22.017)
Total	(2.416.353)	(1.799.452)

29. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Processamento de dados e telecomunicações	(1.033.603)	(797.626)
Serviços técnicos especializados e de terceiros e do sistema financeiro	(492.717)	(424.819)
Propaganda, promoções e publicidade	(284.998)	(234.989)
Provisões para contingências	(56.039)	(49.120)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(53.200)	(69.313)
Despesas com seguros	(17.615)	(13.131)
Outras	(262.432)	(180.058)
Total	(2.200.604)	(1.769.055)

30. Despesas de pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Proventos	(532.981)	(461.421)
Benefícios	(381.674)	(325.601)
Encargos sociais	(166.980)	(141.958)
Outras	(8.698)	(8.781)
Total	(1.090.333)	(937.761)

31. Despesas tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS	(446.760)	(313.956)
Tributos sobre JCP	(152.470)	(74.771)
ISSQN	(70.839)	(59.929)
Outros	(58.665)	(28.382)
Total	(728.734)	(477.037)

32. Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Valores reconhecidos no resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		
Exercício corrente	(531.717)	(443.806)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido		
Perda esperada por redução ao valor recuperável	232.742	184.863
Avaliação a valor justo operações marcadas a mercado	22.585	3.704
Outras diferenças temporárias	8.101	(74.962)
Provisão para contingências	814	7.112
Prejuízo fiscal	(3.611)	90.380
Outros	44.220	—
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	304.851	211.097
Total	(226.866)	(232.709)

b. Reconciliação da alíquota efetiva

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes da tributação sobre o lucro	1.624.187	1.205.550
Imposto de renda e contribuição social - (45%) (a)	(730.884)	(542.498)
Efeito fiscal de:		
Juros sobre capital próprio	200.582	105.351
Renda não tributável (despesas não dedutíveis) líquida	113.665	62.027
Participações em coligadas e de controle compartilhado	100.310	46.578
Outros	89.461	95.833
Total de Impostos e Contribuições sobre a renda	(226.866)	(232.709)
Taxa de imposto efetiva	(14)%	(19)%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	304.851	211.097
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	(531.717)	(443.806)

(a) O resultado do Banco Inter representa o maior impacto no valor total dos impostos, portanto apresentamos a alíquota de 45%, que é a alíquota nominal atualmente vigente para os bancos pela legislação brasileira.

c. Movimentação dos ativos e passivos diferidos

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Ativos diferidos				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	815.679	225.190	(2.093)	1.038.776
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	442.773	355.275	(434.265)	363.783
Prejuízo fiscal	336.535	15.541	(19.152)	332.924
Hedge accounting	39.187	46.953	—	86.140
Provisão para contingências	24.831	24.478	(23.664)	25.645
Outras diferenças temporárias	46.049	62.283	(46.049)	62.283
Subtotal	1.705.054	729.720	(525.223)	1.909.551
Hedge accounting	(11.357)	(106.564)	11.357	(106.564)
Mais-valia de ativos na combinação de negócios	(17.356)	(244)	3.917	(13.683)
Créditos tributários líquidos dos passivos fiscais diferidos (a)	1.676.341	622.912	(509.949)	1.789.304
Passivos diferidos				
Passivo diferido diversos	(32.790)	(8.133)	—	(40.923)
Subtotal	(32.790)	(8.133)	—	(40.923)
Total de ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos (b)	1.643.551	614.779	(509.949)	1.748.381

(a) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável; e

(b) O reconhecimento destes ativos e passivos fiscais diferidos é baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportado em estudos técnicos e projeções de resultados.

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Combinação de Negócios	Realização	Saldo em 31/12/2024
Ativos diferidos					
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	630.817	815.679	—	(630.817)	815.679
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	137.729	430.131	—	(125.087)	442.773
Prejuízo fiscal	164.831	138.521	81.393	(48.210)	336.535
Hedge accounting	—	39.187	—	—	39.187
Provisão para contingências	17.720	24.801	—	(17.690)	24.831
Outras diferenças temporárias	82.438	40.854	5.195	(82.438)	46.049
Subtotal	1.033.535	1.489.173	86.588	(904.242)	1.705.054
Hedge accounting	(27.902)	16.545	—	—	(11.357)
Mais-valia de ativos na combinação de negócios	(4.637)	(19.754)	—	7.035	(17.356)
Créditos tributários líquidos dos passivos fiscais diferidos (a)	1.000.996	1.485.964	86.588	(897.207)	1.676.341
Passivos diferidos					
Passivo diferido diversos	—	(32.790)	—	—	(32.790)
Subtotal	—	(32.790)	—	—	(32.790)
Total de ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos (b)	1.000.996	1.453.174	86.588	(897.207)	1.643.551

(a) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável; e

(b) O reconhecimento destes ativos e passivos fiscais diferidos é baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportado em estudos técnicos e projeções de resultados.

33. Pagamento baseado em ações

a. Acordos de remuneração baseada em ações

a.1) Plano de *stock option* - Banco Inter S.A.

Entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2022 o Banco Inter S.A. estabeleceu programas de opção de compra de ações por meio dos quais foram outorgadas, aos administradores e aos executivos do Inter, opções para aquisição de Ações do Banco Inter S.A.

No dia 4 de janeiro de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Inter&Co, Inc. na qual foi aprovada a migração dos planos de pagamento baseado em ações, com a consequente assunção pela Inter&Co das obrigações do Banco Inter S.A. decorrentes dos planos ativos e dos respectivos programas. Como resultado da reorganização societária, o número de opções detidas por cada beneficiário foi alterado proporcionalmente. Assim, para cada 6 opções de compra de ação ordinária ou ação preferencial do Banco Inter S.A. o beneficiário terá uma opção de compra de Class A Share da Inter&Co. Além disso, foi aprovada a re-precificação do preço de exercício das opções outorgadas em 2022, que ainda não haviam sido exercidas. Por ocasião da re-precificação, foi realizado novo cálculo do valor justo das opções outorgadas e não exercidas, sendo apurado o montante adicional de R\$ 15.990 de despesa incremental, a ser apropriado até o prazo final de carência.

As principais características dos planos estão descritas abaixo:

Data de outorga	Prazo final de exercício	Opções (ações INTR)	Vesting	Preço médio de exercício	Participantes
15/02/2018	15/02/2025	5.452.464	Até 5 anos	R\$1,80	Diretores, gestores e colaboradores chave
09/07/2020	09/07/2027	3.182.250	Até 5 anos	R\$21,50	Diretores, gestores e colaboradores chave
31/01/2022	31/12/2028	3.250.000	Até 5 anos	R\$15,50	Diretores, gestores e colaboradores chave

As movimentações das opções de cada plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, informações complementares são demonstradas abaixo:

Data outorga	31/12/2024	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	31/12/2025
2018	71.999	—	—	71.999	—
2020	2.443.088	—	25.350	195.075	2.222.663
2022	2.644.725	—	120.075	203.100	2.321.550
Total	5.159.812	—	145.425	470.174	4.544.213
Preço médio pond. das ações	R\$ 18,15	R\$ —	R\$ 16,55	R\$ 15,89	R\$ 18,43

Data outorga	31/12/2023	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	31/12/2024
2018	115.799	—	—	43.800	71.999
2020	2.519.138	—	8.325	67.725	2.443.088
2022	2.815.750	—	77.125	93.900	2.644.725
Total	5.450.687	—	85.450	205.425	5.159.812
Preço médio pond. das ações	R\$ 17,98	R\$ —	R\$ 16,08	R\$ 14,56	R\$ 18,15

Os valores justos do plano de 2020 foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes considerando os termos e condições em que as opções foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência.

	2020
Preço de exercício	21,50
Taxa livre de risco	9,98 %
Duração do exercício (anos)	7
Volatilidade anualizada esperada	64,28 %
Valor Justo da opção na data de outorga/ação	0,05

Já para o programa de 2022, o valor justo foi estimado com base no modelo Binomial:

	2022
Preço de exercício	15,50
Taxa livre de risco	11,45 %
Duração do exercício (anos)	7
Volatilidade anualizada esperada	38,81 %
Valor justo ponderado da opção na data de outorga/ação:	4,08

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram apropriados R\$ 7.507 (em 31 de dezembro de 2024: R\$ 28.792) de despesas de benefícios a empregados.

a.2) Pagamento baseado em ações relacionado à aquisição da Inter & Co Payments, Inc.

No contexto da aquisição da Inter & Co Payments, Inc., pelo Inter, ficou estabelecido que parte do pagamento aos principais executivos da entidade adquirida seria feito por meio da migração do plano de pagamento baseado em ações da Inter & Co Payments, Inc., com um aditivo para prever que a opção de compra de ações pudesse ser exercida sobre as ações classe A da Inter&Co e/ou ações classe A restritas da Inter & Co, conforme o caso, no lugar das ações da Inter & Co Payments, Inc. Considerando as características do contrato firmado entre as partes, as despesas associadas às opções concedidas foram tratadas como despesa de remuneração contabilizada durante o prazo das opções exercíveis e com base na continuidade do emprego de tais executivos-chave.

Todas as opções de venda que haviam sido outorgadas foram exercidas, tendo sido a última tranche exercida em 07 de Janeiro de 2025.

Todas as opções de compra outorgadas no âmbito do plano de pagamento baseado em ações da Inter & Co Payments, Inc., migrado para a Inter & Co, foram exercidas e as ações foram integralmente transferidas para os executivos-chave beneficiários até 31 de outubro de 2025, o total dessas ações correspondem a 489.386.

Em razão da conclusão das movimentações acima mencionadas, o plano de pagamento baseado em ações da Inter & Co Payments, Inc., foi finalizado e extinto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram apropriados R\$ 3.798 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 17.993) de despesas de benefícios a empregados, no resultado da Companhia.

a.3) Contratos de outorga de ações restritas (RSU) - Inter.

A Assembleia Geral Extraordinária da Inter&Co, Inc. realizada em 4 de janeiro de 2023 aprovou a criação do Plano Omnibus de Incentivos, que visa promover os interesses da Companhia e de seus acionistas, fortalecendo a capacidade da Companhia em atrair, reter e motivar colaboradores que devem fazer contribuições para a Empresa e forneçam a essas pessoas incentivos para alinhar seus interesses com os dos acionistas da Empresa.

O Plano Omnibus de Incentivos é administrado pelo Conselho de Administração da Inter&Co, Inc., que tem autoridade para aprovar concessões do programa aos funcionários da Empresa.

No ano de 2023, a Companhia outorgou 2.155.500 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 31 de dezembro de 2025, 190.000 RSUs outorgadas foram prescritas e 1.524.000 RSUs foram exercidas.

No ano de 2024, a Companhia outorgou 2.115.000 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 31 de dezembro de 2025, 159.000 RSUs outorgadas foram prescritas e 988.250 RSUs foram exercidas.

No ano de 2025, a Companhia outorgou 2.412.522 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 31 de dezembro de 2025, 145.666 RSUs outorgadas foram prescritas e 539.071 RSUs foram exercidas.

Veja tabela abaixo:

31/12/2025						
Data de outorga	Taxa de exercício por vesting	Valor justo da ação (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período vesting até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
01/06/2023	25%	R\$14,15	1	4,0	2.140.500	441.500
01/11/2023	25%	R\$22,99	2,0	4,0	15.000	—
01/02/2024	25%	R\$25,22	2,0	4,0	10.000	—
01/04/2024	25%	R\$29,11	2,0	4,0	120.000	60.000
26/04/2024	25%	R\$26,27	2,0	4,0	1.795.000	812.750
04/06/2024	25%	R\$30,35	2,0	4,0	60.000	45.000
01/07/2024	25%	R\$33,07	1,0	3,0	50.000	25.000
17/07/2024	25%	R\$36,47	3,0	4,0	30.000	—
04/09/2024	25%	R\$40,39	2,0	3,0	50.000	25.000
29/01/2025	25%	R\$28,18	3,0	4,0	1.850.000	1.320.000
31/01/2025	25%	R\$29,02	3,0	4,0	190.522	135.535
24/02/2025	25%	R\$28,03	3,0	4,0	10.000	7.500
09/05/2025	25%	R\$38,41	3	4,0	30.000	30.000
02/06/2025	25%	R\$38,56	3	4,0	302.000	212.250
06/10/2025	25%	R\$47,14	3	3,0	30.000	22.500
Total					6.683.022	3.137.035

31/12/2024						
Data de outorga	Taxa de exercício por vesting	Valor justo da ação (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período vesting até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
01/06/2023	25%	R\$14,15	2	4,0	2.140.500	963.500
01/11/2023	25%	R\$22,99	3	4,0	15.000	11.250
01/02/2024	25%	R\$25,22	3,0	4,0	10.000	7.500
01/04/2024	25%	R\$29,11	3,0	4,0	120.000	95.000
26/04/2024	25%	R\$26,27	3,0	4,0	1.795.000	1.305.000
04/06/2024	25%	R\$30,35	3,0	4,0	60.000	60.000
01/07/2024	25%	R\$33,07	2,0	3,0	50.000	37.500
17/07/2024	25%	R\$36,47	4,0	4,0	30.000	30.000
04/09/2024	25%	R\$40,39	3,0	3,0	50.000	37.500
Total					4.270.500	2.547.250

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram apropriados R\$ 73.198 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 30.290) de despesas de benefícios a empregados, no resultado da Companhia.

34. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são definidas e controladas de acordo com a política de Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Inter&Co. A política define e assegura as transações envolvendo o Inter e seus acionistas ou partes relacionadas diretas ou indiretas. As transações relacionadas com as subsidiárias são eliminadas no processo de consolidação, não afetando as demonstrações financeiras consolidadas. Abaixo, detalhamos as transações com partes relacionadas:

	Controlador (a)		Pessoal-chave da Administração (b)		Outras partes relacionadas (c)		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos	2.936	4.101	17.121	5.914	811.314	754.975	831.371	764.990
Empréstimos e adiantamento a clientes	2.936	4.101	17.121	5.914	811.314	641.113	831.371	651.128
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	—	—	—	—	—	113.862	—	113.862
Passivos	(62.590)	(44.190)	(24.591)	(16.044)	(278.659)	(118.499)	(365.840)	(178.733)
Depósitos com clientes - À vista	(1.533)	—	(2.178)	(4)	(4.780)	(470)	(8.491)	(474)
Depósitos com clientes - A prazo	(4.456)	(44.190)	(8.309)	(16.040)	(73.812)	(118.029)	(86.577)	(178.259)
Títulos emitidos	(56.601)	—	(14.104)	—	(95.667)	—	(166.372)	—
Outros passivos	—	—	—	—	(104.400)	—	(104.400)	—

	Controlador (a)		Pessoal chave da administração (b)		Outras partes relacionadas (c)		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado	(7.084)	(110)	(1.464)	(8.919)	11.904	(6.608)	3.356	(15.637)
Receita de juros	254	—	1.845	681	26.624	16.407	28.723	17.088
Receita de prestação de serviços e comissões	—	—	204	—	18.129	—	18.333	—
Despesas de juros	(7.336)	(88)	(3.134)	(137)	(15.714)	(602)	(26.184)	(827)
Outras despesas administrativas	(2)	(22)	(379)	(9.463)	(17.135)	(22.413)	(17.516)	(31.898)

- a. A Inter&Co é controlada diretamente pelas empresas Costellis International Limited, SBLA Holdings e Hottaire, majoritariamente;
- b. Conselheiros da Administração e Diretoria da Inter&Co; e
- c. Quaisquer membros imediatos da família do pessoal-chave da administração ou empresas por eles controladas, incluindo: empresas controladas por familiares imediatos do controlador da Inter&Co; sociedades sobre as quais o controlador ou seus familiares imediatos tenham influência significativa; outros investidores que tenham influência sobre a Inter&Co e seus familiares próximos.

Remuneração dos administradores

A remuneração global da Administração da Inter&Co, Inc. é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, abrangendo os membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Para o exercício atual, o montante global aprovado foi de R\$109.350 (em 2024: R\$ 97.856). Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa com proventos no montante de R\$ 110.822 (R\$ 54.021, em 31 de dezembro de 2024).

35. Eventos subsequentes

Aquisição de participação

Em 09 de janeiro de 2026, o Banco Inter (controlada indireta) celebrou o contrato para aquisição de uma participação adicional equivalente a 29,05% do capital social total da Inter Asset Gestão de Recursos Ltda., por R\$ 35.180, conforme previamente aprovado pelo BACEN em Ofício enviado em 10 de novembro de 2025. Em razão da aquisição, o Banco Inter passou a deter 99,91% da Inter Asset Gestão de Recursos Ltda., uma gestora independente de recursos financeiros, *asset management*, administração de carteira de valores mobiliários e *wealth management*.

Descontinuidade do Programa de BDR Patrocinado Nível II

Em 26 de janeiro de 2026, a Inter&Co, Inc. anunciou que seu Conselho de Administração decidiu iniciar o processo de descontinuação do seu Programa de BDRs Patrocinados de Nível II. O processo está atualmente sujeito à aprovação do B3 e da CVM e envolve: (i) a criação de um Programa de BDRs Não Patrocinados de Nível I, a ser registrado pelo Banco Bradesco S.A., (ii) a descontinuação do Programa de BDRs Patrocinados de Nível II e (iii) o cancelamento do registro da Companhia como emissora estrangeira junto à CVM. Os detalhes do plano serão divulgados ao mercado oportunamente, após a aprovação pelas autoridades.